



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
FACULDADE DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

JÉSSICA PRISCILA COSTA MACIEL

**UM ESTUDO SOBRE A OCUPAÇÃO PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR EM ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL.**

Belém – Pará
2017

Jéssica Priscila Costa Maciel

**UM ESTUDO SOBRE A OCUPAÇÃO PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR EM ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para a obtenção de Bacharelado em Terapia Ocupacional. Trabalho orientado pela Prof^a Msc. Gisely Gabrieli Avelar Castro.

Belém - Pará
2017

Jéssica Priscila Costa Maciel

**UM ESTUDO SOBRE A OCUPAÇÃO PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR EM ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL.**

Trata-se de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para a obtenção de Bacharelado em Terapia Ocupacional.

Aprovado em: __/__/__

Professora Msc. Gisely Gabrieli Avelar Castro.
Orientadora

Professor Msc. Victor Augusto Cavaleiro Corrêa.
Banca Examinadora

Professora Msc. Josianne de Almeida Dias.
Banca Examinadora

Dedico este trabalho a meu avô João “tratorista” (*in memoriam*) que infelizmente não está aqui fisicamente para partilhar comigo desta realização, mas de alguma forma sempre esteve presente durante toda esta jornada. Sua primeira neta, que te ama para sempre.

AGRADECIMENTOS

Inicio estes agradecimentos por Aquele que antes mesmo de eu nascer, já me conhecia bem e já estava preparando tudo. Aquele que está comigo em todos os segundos da minha vida, dando-me o ar para respirar, me protegendo e dando-me a cada acordar a oportunidade de viver mais um dia. Este é DEUS. Sei que às vezes sou distante, talvez não busque como deveria, mas Tu conheces meu coração. E sem Ti nada seria possível. Obrigada Pai por tudo, pelas bênçãos e por estar comigo em toda esta caminhada, por ter me dado forças quando te pedi e por ter feito-me chegar até aqui.

Eles não tem capa, não voam, não tem super poderes, mas serão para sempre os meus super heróis. Este agradecimento vai para meus pais, Ivana e Jehud. São vocês que constituem a base para que eu possa cumprir meus planos, metas, a vencer os obstáculos. Vocês dedicaram todos seus esforços, trabalhando arduamente e muitas vezes deixando seus próprios interesses de lado para priorizar o melhor para mim. Acima dos bens materiais, me deram o melhor, a educação e o discernimento. Obrigada mãe e pai por todo o suor derramado, jamais conseguiria sem vocês e um dia espero poder retribuir tudo que a mim dedicaram, tornando nossas vidas cada vez melhor. Amo vocês, um amor incondicional! Esta vitória é nossa!

Agradeço a meu pai por todos os km's que percorreu de bicicleta para me levar até a escola por vários anos. Muitas vezes por baixo de sol forte, chuva, segurando com uma mão a sombrinha e a outra para guiar a bicicleta! Nada foi fácil, mas tenho ciência que tive tudo que precisava ter, graças aos esforços até hoje desmedidos por meu pai e minha mãe.

Somente agradecê-la não é nada perto do tanto que minha mãe merece. Jamais irei esquecer as noites fazendo esse tcc, não tirando tempo nem para comer, minha mãe perguntava se eu estava com fome e levava um lanche, ou então somente ia até o meu quarto para ver se eu estava bem. Tudo isso me dava forças. Minha mãe é minha força. Minha Rainha, obrigada sempre!

Agradeço a minha família de modo geral, que me acompanhou desde o início, minha tia "Nice" que na ausência dos meus pais em um período da minha vida, fez um papel de mãe, me dando todos os cuidados necessários junto a minha avó, que é tão linda que com certeza ao ler/ouvir este agradecimento vai se emocionar como em todas as vezes que eu a abracei compartilhando uma vitória alcançada. Família, obrigada! Amo todos vocês.

Agradeço aos meus amigos, em especial Cristiane e Alessandro, que estiveram presentes nesta jornada e dividiram comigo minhas felicidades e angústias. Que diziam que eu era capaz mesmo quando eu mesma não achava. Obrigada por essa amizade de tantos anos, amo vocês! Agradeço aos amigos que a faculdade me presenteou, Brenda, Ramon, Renata Samarah e Stéfannie, não poderia deixar de citá-los. Nós sabemos o quanto a luta foi grande, que apesar das dificuldades, sempre conseguíamos tirar proveito e render altas risadas de tudo. Obrigada pelas nossas “confras”, por tornarem essa vida acadêmica muito mais divertida e acima de tudo, por cultivar até hoje essa amizade tão verdadeira que eu espero que perdure por muito mais que estes 5 anos da faculdade. Amo vocês “migos”!

Não poderia deixar de agradecer ao meu grande presente do papai do Céu que se chama Everson, meu namorado e grande companheiro. A você meu muito obrigada, amor. Por estar comigo desde o dia do listão até a conclusão deste sonho. Você mais do que ninguém vivenciou o turbilhão de emoções que foi esta graduação, que me viu rir e chorar muitas vezes, que se fez disposto a me ajudar em tudo que eu precisasse. Naqueles momentos de desespero, quando tudo parecia dar errado, você estava aqui. Me abraçava, beijava minha testa e me estendia o ombro pra chorar. Obrigada por tudo! A você e sua família que hoje também considero como minha família.

Agradeço a todos que de alguma maneira estiveram presentes e compartilharam da minha trajetória acadêmica, minha turma, professores, funcionários de modo geral, desde o guarda até o ‘tio’ da xerox. E não poderia deixar de agradecer a minha professora e orientadora Gisely Avelar, que foi meu norte e um grande alicerce para que esse trabalho fosse erguido. Obrigada pela paciência, por tirar dúvidas mesmo fora do horário comercial, por ser tão maravilhosa e ter feito de tudo para tirar o peso desta experiência. Serei sempre grata ao seu esforço. Nós vencemos!

Por fim, agradeço a todos que estiveram direta ou indiretamente me dando forças para a conclusão de mais esta etapa. Hoje eu realmente posso afirmar, não foi fácil. Mas que graça teria se fosse? Somos todos capazes, basta acreditar e seguir. Ore, espere e Confie.

Resumo: A criança que vivencia situações de violência e está em acolhimento institucional pode apresentar mudanças significativas em seu dia a dia, que repercutem nas ocupações que compõem seu desenvolvimento. Nesse sentido, é importante compreender as repercussões ocupacionais dessa experiência para a criança, com destaque à ocupação participação social familiar. Assim esta pesquisa buscou investigar como se apresenta a ocupação participação social, relacionada à família da criança vítima de violência intrafamiliar. Para esta investigação, foi utilizada uma abordagem qualitativa, envolvendo um estudo de caso com 4 crianças, em acolhimento institucional, em que os instrumentos envolveram questionário, atividades de mediação sócioocupacionais, observação participante e registro em diário de campo, realizada em um Espaço de Acolhimento Institucional em Belém. A análise dos dados foi feita por meio da análise de conteúdo de Bardin, a qual gerou três categorias: a ocupação participação social familiar das crianças em acolhimento institucional; vínculo, família e demais relações interpessoais; a violação de direitos no “mundo da imaginação”, a partir delas foi possível compreender situações de fragilização ou rompimento de ocupações de participação social familiar, contudo a manutenção dessa ocupação dava-se principalmente nos casos em que a criança tinha a oportunidade de realizar a saída programada; quanto aos vínculos, semelhanças e diferenças caracterizaram as experiências das crianças participantes, contudo a vinculação à mãe, avó e irmãos mostrou-se significativa na maioria, enquanto que a ausência da figura paterna entre eles foi unânime; chamou atenção o desejo em manter aproximação afetiva familiar mesmo quando esta rede se caracteriza como agente da violação, além de destacar como a ocupação brincar tornou-se importante veículo de expressão não apenas das possíveis violações, como também, formas de revelar o ambiente social e contexto cultural dos participantes. Logo, esses achados mostraram-se relevantes quando apontam e exploram caminhos para que terapeutas ocupacionais que tem por premissa o estudo e intervenção nas ocupações humanas possam compreender e explorar cada vez mais o campo social, com estudos a partir de um olhar ocupacional para as experiências vivenciadas pelos públicos da assistência social.

Descritores: Violência intrafamiliar; Ocupação; Participação Social; Família;Acolhimento Institucional.

Abstract: The child who experiences situations of violence and is in institutional reception can present significant changes in their daily life, which have repercussions on the occupations that make up their development. In this sense, it is important to understand the occupational repercussions of this experience for the child, with emphasis on the occupation of family social participation. Thus, this research sought to investigate how the social participation occupation is related to the family of the child victim of intrafamily violence. For this investigation, a qualitative approach was used, involving a case study with 4 children, in institutional reception, in which the instruments involved questionnaire, social-occupational mediation activities, participant observation and recording in a field diary, Institutional Reception in Belém. Analysis of the data was made through the content analysis of Bardin, which generated three categories: "occupation of the social participation of children in institutional care; Bond, family and other interpersonal relations; The violation of rights in the "world of the imagination", from them it was possible to understand situations of fragilization or disruption of occupations of family social participation, however the maintenance of this occupation occurred mainly in cases in which the child had the opportunity to perform the Programmed output; But the attachment to the mother, grandmother and siblings proved to be significant in the majority, while the absence of the paternal figure among them was unanimous; Attention was drawn to the desire to maintain a familiar affective approach even when this network is characterized as an agent of rape, in addition to highlighting how play play has become an important vehicle for expression not only of possible violations, but also ways of revealing the social environment and Context of the participants. Therefore, these findings were relevant when they point out and explore ways for occupational therapists whose premise is the study and intervention in human occupations to understand and explore more and more the social field, with studies based on an occupational view of the experiences Lived by the social welfare public.

Keywords: Family violence; Occupation; Social participation; Family, Home Institutional.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIVD's	Atividade Instrumental de Vida Diária
AOTA	American Occupational Therapy Association
AVD's	Atividades de Vida Diária
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COFFITO	Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional
CONADA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREFITO-2	Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2º região
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SINAN NET	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TA	Termo de Assentimento
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 AS RELAÇÕES OCUPACIONAIS ENTRE CRIANÇA E FAMÍLIA: SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	14
3 A GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL POR SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	21
4 METODOLOGIA	24
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	24
4.2 UNIVERSO DA PESQUISA.....	25
4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA	26
4.3.1 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	26
4.3.2 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	26
4.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	27
4.4.1 1ª etapa da pesquisa	27
4.4.2 2ª etapa da pesquisa	27
4.4.3 3ª etapa da pesquisa	27
4.4.4 4ª etapa da pesquisa	27
4.4.5 5ª etapa da pesquisa	28
4.4.5.1 <i>Propostas de encontros terapêuticos ocupacionais</i>	28
4.4.6 6ª ETAPA DA PESQUISA	31
4.5 OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A COLETA DE DADOS	32
4.6 QUESTÕES ÉTICAS	32
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO	33
5.1 BREVE APRESENTAÇÃO DAS CRIANÇAS PARTICIPANTES.....	33
5.2 A OCUPAÇÃO PARTICIPAÇÃO SOCIAL FAMILIAR DAS CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: EXPERIÊNCIAS DE ROMPIMENTO E FRAGILIZAÇÃO.	35
5.3 VÍNCULO, FAMÍLIA E DEMAIS RELAÇÕES INTERPESSOAIS: APONTAMENTOS PARA UMA PERSPECTIVA OCUPACIONAL DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	43
5.4 A VIOLAÇÃO DE DIREITOS NO “MUNDO DA IMAGINAÇÃO”: A REVELAÇÃO DA OCUPAÇÃO BRINCAR DA CRIANÇA EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....	54
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICES A- TERMO DE ASSENTIMENTO PARA CRIANÇAS	65
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	67
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO	69
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	70

1 INTRODUÇÃO

O conjunto família possui o compromisso primordial de constituir todo o suporte à criança, que envolva desde suas necessidades básicas de auto cuidado, alimentação, segurança, suporte físico e emocional, bem como o dever de garantir sua participação em sociedade, se responsabilizando por toda e qualquer intercorrência existente. É neste meio que se espera construir laços de amor, confiança e interação de maneira amistosa propiciando o desenvolvimento sadio da criança na família. Porém nas situações de violação de direitos estes membros que deveriam fornecer cuidado e proteção, tornam-se provedores de riscos, seja ele físico ou moral (PINHEIRO, 2006). Além de compor direta ou indiretamente as situações de violência.

A violação de direitos de acordo com o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) em seu Art. 5º se constrói a partir do momento em que a criança ou adolescente tornam-se “objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão [...] por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (ECA, 2015 p. 11).

De acordo com Ferreira (1983 apud Silva 2002), a violência apresenta-se segundo as demandas sociais, contextos políticos, as formas como cada sociedade se desenvolve culturalmente, transgredindo a coletividade ou rede social, formada pelos papéis aos quais os indivíduos ocupam que se diferenciam por suas relações de poder, pressupondo ser inerente ao indivíduo que apresenta mais vigor reprimir aquele mais temeroso.

O ambiente doméstico como locus privilegiado para a ocorrência das violências interpessoais praticada pelos pais e outros familiares, se deve em parte pelo fato das crianças permanecerem mais tempo em seus lares, além da vinculação da violência ao processo cultural de “educar” as crianças por meio de castigos e ameaças (MOURÃO, 2011; SANTOS, 2009).

Fatores socioeconômicos, emocionais e a própria base familiar, apresentam influência direta no exercer de ocupações da criança, principalmente voltada à participação social familiar. Devido a um processo cultural, se reproduz por parte de pais ou demais membros da família, a ação de ocultar do meio social extrafamiliar as dificuldades presentes no meio intrafamiliar, propiciando a ocorrência de fatores negativos quanto ao desenvolvimento da criança e dentre estas omissões, sujeitá-la a casos de violência.

É importante salientar que segundo dados presentes no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN NET), o qual faz uma análise de notificações compulsórias de violência com crianças na faixa etária entre zero a nove anos, ocorridas no Brasil no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011, dados significativos foram encontrados. Cerca de 73,6% dos casos de violência intrafamiliar ocorreram no domicílio da vítima. Em 43,6% dos casos a violência é de repetição e esta proporção é maior entre as crianças de seis a nove anos, tendo também em cerca de 51,5% dos casos os pais como os principais autores. Dos tipos de violência, as predominantes foram a negligência (n = 7.716; 47,5%), seguidas das violências física (n = 5.969, 38,5%), sexual (n = 5.675, 37%) e psicológica/moral (n = 3.772;25,2%). A violência física predominou entre crianças de seis a nove anos (44,9%) (RATES et al., 2015).

Pimentel e Araújo (2009) consideram que as dificuldades apresentadas por crianças vítimas de violência, seja ela de forma explícita ou não, estão intimamente relacionadas à formação de valores e condutas. Este fator influencia diretamente no engajamento ocupacional delas, modificando suas áreas de ocupação e participação social. A forma como se vêem e sentem-se, continua influenciando a configuração das relações sociais, principalmente no âmbito familiar.

De acordo com American Occupational Therapy Association (AOTA, 2015, p. 5), na Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional domínio e processo 3ª edição, o termo ocupação é caracterizado da seguinte forma:

Usada para significar tudo que as pessoas querem, precisam ou devem fazer, seja de natureza física, mental, social, sexual, política ou espiritual, incluindo sono e descanso. Refere-se a todos os aspectos reais do fazer, ser e tornar-se humano e também ao de pertencer.

Sobre as ocupações em um ambiente de violência, destaco a participação social, que de acordo com Gillen e BoytSchell (2014, p. 607) refere-se a “inter-relação de ocupações para apoiar o envolvimento desejado em atividades comunitárias e familiares, bem como aquelas que envolvem pares e amigos”. Acreditamos que esta ocupação sofre grande impacto principalmente quando a criança é afastada do núcleo familiar por medida protetiva e assim passa a estar em acolhimento institucional.

Por sua vez, o acolhimento institucional tem por objetivo desconstruir ideias deturpadas provenientes da experiência do indivíduo que sofre violência, que acaba por naturalizar essas práticas. Esta medida protetiva intervém nas relações intrafamiliares, minimizando as consequências da violência sofrida e evitando a reincidência, ao mesmo

tempo, reestruturando a aproximação da criança com os demais membros familiares e o retorno ao lar, quando possível, sempre na busca de fortalecer esses vínculos.

Ao mesmo tempo, a ocupação participação social familiar entre a criança e seus familiares é de suma importância, visto que o fortalecimento de vínculos favorece o bem estar para todos de maneira individual, mas também em conjunto, no qual os familiares acabam por estreitar os espaços que dão oportunidade de se cometer ações que violam os direitos da criança e a mesma consiga exercer suas demais ocupações de maneira adequada, satisfatória e prazerosa.

As pesquisas voltadas para a temática do acolhimento institucional buscam em suma, coletar dados que correspondem a uma natureza quantitativa e/ou descritiva, visando prioritariamente elucidar seus usuários e elencar o exercício do trabalho que ali se aplica. O que ainda pouco se tem como estudo, são pesquisas de caráter qualitativo que possam delinear de maneira mais específica de que forma essas pessoas, neste caso crianças, assimilam a realidade institucional, reconhecendo seu valor de preponderância (PELED et al., 2002 apud SANTOS, 2010).

É importante que se promova no espaço de acolhimento institucional, ações e pesquisas em contato direto com as crianças, para que se construam questionamentos visando à compreensão de como está sendo desempenhada esta nova realidade de afastamento da família e que seus resultados possam auxiliar na promoção de estratégias para que as ocupações da criança, como a participação social familiar seja restituída, dentro de cada singularidade e possibilidade.

O interesse pelo estudo surgiu a partir de Atividade Prática Aplicativa (APA), presente no currículo de graduação em Terapia Ocupacional, da Universidade Federal do Pará (UFPA), na qual percorri entre os espaços de prática, uma instituição que recebia crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e ali permaneciam temporariamente. Dentre os casos existentes, havia um que tratava especificamente de violência intrafamiliar, cuja criança teria sofrido agressões físicas e psicológicas. Este caso em particular, suscitou o interesse em compreender como se apresentam as ocupações sociais relacionadas à família da criança que vivencia episódios de violência intrafamiliar, especificamente, a ocupação participação social familiar.

A partir deste cenário, surgiu a seguinte questão problema: como se apresenta a ocupação participação social familiar na experiência da criança que vivencia a violência intrafamiliar encontrando-se em acolhimento institucional?

Este estudo está dividido em seis capítulos, sendo iniciado pela introdução que apresenta brevemente os conceitos chave, o panorama de interesse e necessidade de estudos na área, bem como os objetivos do estudo; segue com o segundo capítulo denominado de “as relações ocupacionais entre criança e família: subsídios para o estudo da violência intrafamiliar”, que trata de esclarecer as diferentes formas de relações familiares, levando em conta aspectos biológicos, sociais e culturais e como a violência se faz presente nessa estrutura; o terceiro capítulo “a garantia de direitos da criança e o acolhimento institucional por situação de violência intrafamiliar no campo da assistência social”, aborda a criação de leis e parâmetros sociais legais que respaldam os direitos da criança e sua importância na assistência social; a metodologia é o quarto capítulo e esclarece os percursos de pesquisa delineados para o estudo; o quinto capítulo envolve a análise e discussão dos dados construindo discussões na interface com os achados da pesquisa que revelaram a ocupação participação social familiar das quatro crianças em situação de acolhimento institucional por violência intrafamiliar, abrindo problematizações advindas dessa experiência e por fim, o sexto capítulo em que as considerações finais são apresentadas.

2 AS RELAÇÕES OCUPACIONAIS ENTRE CRIANÇA E FAMÍLIA: SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

Cardoso (2007) afirma que de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a infância se constrói a partir do nascimento até os doze anos de idade incompletos. É neste período que a criança passa a desenvolver interação consigo mesma e em sociedade, através da convivência inicialmente com os familiares com os quais estão mais próximas nesta fase. A partir deste momento, passam a construir sua estrutura composta de opiniões, saberes, que irão ser fundamentais para sustentar suas novas experiências.

Ricas et al. (2006, p. 153) acrescentam no que se refere à criança “[...] esta, desde o momento em que nasce, está submetida aos valores culturais do grupo a qual pertence, e está exposta aos padrões e hábitos pré-estabelecidos pela família”. O fenômeno da violência com a criança já acontecia em épocas remotas, como o período pré e pós-guerra, onde jovens e crianças, tinham sua infância deturpada por conta das demandas a elas impostas, como o auxílio na produção de armas, bombas ou sua simples presença neste meio hostil e violento. Assumiam papéis de responsabilidade que não eram viáveis, tão pouco saudáveis ao seu período de vida, somando a isso a própria carência de cuidados básicos, com baixa ou total ausência de suporte familiar, que de certa forma, também apresentava carência com relação a sua base estrutural (FREIRE; GRIMMA; CARVALHO, 2014).

O mesmo estendeu-se ao período de pós-revolução industrial, no qual as crianças por conta das dificuldades de subsistência e sustento por parte da família continuavam sendo coadjuvantes, na realização de trabalhos árduos por períodos longos, constituindo assim o trabalho infantil que naturalmente os oprimia (IDEM, 2014).

Baseado nestes dados destaco a naturalização da violência de diferentes formas e suas relações de dominação. Bobbio (2004, p.38) compreende que “[...] O que parece fundamental numa época histórica e numa determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas”. Atualmente a naturalização da violência é combatida, e para evitar e prevenir estes episódios, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) criou estratégias específicas dentro de sua rede.

Na literatura, por conta de um propósito didático, a violência intrafamiliar é descrita por seus diversos tipos sendo cada uma delas explanada individualmente. Porém trazendo para uma concepção prática, temos esta tipificação sendo aplicada de maneira mutua, ocorrendo muitas das vezes em uma só vítima. Por exemplo, a criança que sofre negligência pode ao mesmo tempo sofrer violência psicológica, assim como aquela que sofre

violência sexual pode também sofrer violência física com relação as agressões (SILVA, 2002).

No que se refere à tipificação das violências, destaco as mais recorrentes na infância e as principais para a elucidação deste estudo. São elas:

Violência Física: Geralmente voltada a atentados contra a integridade da criança realizada por pais e/ou responsáveis, que reúna qualquer nível de agressão como uma simples palmada a atos extremos de espancamento, que dependendo de sua intensidade, nem sempre propaga marcas físicas visíveis, porém se instala de maneira avassaladora nas marcas psíquicas.

Os resultados desta prática de violência podem ser vistos através de hematomas, dos mais diversos níveis, fraturas, queimaduras, entre outras. Chegando até mesmo de acordo com Foster e Gunn (2011) a problemas emocionais, nos quais a criança a partir do momento que passa a ser vítima desta violência acaba também adquirindo condutas agressivas.

Silva (2002) prossegue retratando outro tipo de violência, tão recorrente quanto à física e que muitas das vezes é praticada junto da violência física: a violência de natureza sexual.

Violência sexual: Na maioria das vezes é praticada pela pessoa que se aproveita da confiança advinda da criança. O abusador, nesse caso, procura se beneficiar sexualmente, através de práticas imorais como carícias, exibição do corpo, não necessariamente para manter uma relação sexual com o ato de penetração. Direccionam-se a vítima por atos de sortilégio (gracejos com a ideia de obter benefício a si próprio), chantagens, dentre outros meios.

Quando o meio familiar é um ambiente regado de laços afetivos, esse abuso acaba tendo certa facilidade de inserção entre membros de uma família, ocasionando o que Lima (2006) denomina incesto, em que um indivíduo do lar com mais autoridade, usa de poder e força para inferiorizar o outro impondo suas vontades sexuais. Para Zavaschi (et al., 1991 apud Azambuja, 2006), este incesto ocorre geralmente entre pai-filha, irmão-irmã, mãe-filho, pai-filho e mãe-filha. Neste meio parental, também podem ocorrer casos entre avô (a) e neto (a), tio (a) e sobrinho (a), dentre outros parentescos consanguíneos.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), também caracteriza dois tipos de violência bastante comuns: a psicológica e por negligência ou abandono.

Violência psicológica: É um tipo de violência silenciosa que não apresenta marcas evidentes, porém suas consequências são avassaladoras no processo psíquico da vítima, sobretudo na criança em processo de desenvolvimento, causando problemas como depressão,

ansiedade, desvalorização de si mesma e danos na identidade. Pode ser praticada utilizando-se de exploração, intimidação, exigências, manter a criança em isolamento social, etc. (BARBOSA et al., 2008). Os autores também acrescentam que a criança sofre de uma hostilidade verbal crônica, regada de excitações agressivas que renunciam os cuidados fundamentais de que tem direito, afetando conseqüentemente seu auto cuidado e suas inter-relações sociais.

Violência por Negligência ou abandono: Ocorre quando se realiza o ato de negação ou omissão da prudência das necessidades básicas que compõem o desenvolvimento da criança, através de privações de alimentação, higiene, cuidados com a saúde e zelo quanto a sua integridade, seja ela física, social ou emocional, podendo constituir um abandono total. São designados como deveres de seus membros familiares responsáveis, não sendo necessariamente seus genitores. Acrescenta Egry (et al., 2015, p. 557) “Em relação à educação, são considerados negligência o desatendimento às demandas escolares, tais como participação em reuniões de pais, eventos ou outros compromissos da vida escolar”.

Portanto, de modo geral no que se refere à violência intrafamiliar, é importante ressaltar que seu conceito não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também as relações em que se constrói e efetua.

Expressam dinâmicas de poder/afeto, nas quais estão presentes relações de subordinação-dominação. Nessas relações – homem/mulher, pais/filhos, diferentes gerações, entre outras – as pessoas estão em posições opostas, desempenhando papéis rígidos e criando uma dinâmica própria, diferente em cada grupo familiar (SILVA, 2005, p. 17).

Fatores socioeconômicos, emocionais e a própria base familiar, apresentam influência direta no exercer de ocupações da criança, principalmente àquelas voltada à participação social familiar. Deslandes (2005) afirma que o lar que deveria proteger e educar torna-se palco para os diferentes tipos de violências e transgressões do poder/dever, nos quais se instala a contrariedade para as crianças compreenderem as condutas adotadas no processo educativo familiar uma vez que ainda encontram-se em processo de criação de juízo, reflexão e intelecto.

Nesse cenário, aqueles que deveriam assumir papéis de cuidar, dar suporte e construção de laços de afeto, acabam assumindo papéis opostos, deixando a criança em vulnerabilidade e desenvolvendo-se baseada nestes conceitos vivenciados e aprendidos em seu meio familiar, o que acarreta dificuldades relacionadas, principalmente, à interação familiar e o de ocupações que não se restringem apenas ao ambiente doméstico.

O contexto familiar de acordo com Cavalcante (2010, p. 1150), “[...] é diferenciado não apenas porque nele se estabelecem as primeiras ligações afetivas do sujeito, mas também porque sua existência e configuração o mantêm estável por muito tempo”.

Assim, a criança em seu exercício ocupacional como o lazer, o brincar e a educação, tendem a desenvolver inúmeros interesses e formas de desempenho ocupacional, o que na participação social familiar se exerce de forma mais consolidada, envolvendo laços de afetividade, confiança, fortalecendo a importância deste conjunto. As relações estabelecidas entre criança e família são construídas através de iniciativas próprias, que se correlacionam de maneira mútua, fundamental para construção de suas identidades.

Dentre as ocupações características da infância, destaco o brincar, que envolve o brincar exploratório e o relaciona com as demais ocupações, como a participação social, o desenvolvimento no ambiente escolar (ocupação educação) e o lazer, este último considerado como o exercício de maneira equilibrada de atividades apropriadas a serem realizadas em tempo livre (AOTA, 2015).

A participação social no documento da AOTA é dividida em subgrupos que envolvem a participação social em três esferas:

Comunidade: caracteriza-se por “envolver-se em atividades que resultam em interação bem-sucedida ao nível da comunidade (por exemplo, vizinhança, organização, local de trabalho, escola, grupo religioso ou espiritual)”;

Pares, amigos: Envolver-se em atividades com diferentes níveis de interação e intimidade, incluindo envolver-se em atividade sexual desejada.;

Família: Envolver-se em atividades que resultam em “interação bem-sucedida em papéis familiares específicos, necessários e/ou desejados” (AOTA, 2015, p. 22, **grifo nosso**).

Para Gawryszewski (2012), a repercussão dos episódios de violência intrafamiliar, ultrapassam as barreiras dos lares ou de uma simples atitude de castigo, agindo diretamente na forma como esta criança vítima de violência, seja ela física, psicológica, sexual ou por abandono, se enxerga como ser humano, como percebe os papéis desempenhados e suas demais áreas de interação social como a escola, os espaços de lazer, entre outros, afetando de maneira significativa seu desenvolvimento pleno, que envolve suas ocupações, bem estar e qualidade de vida. Interferências essas que podem envolver a ocupação participação social, com destaque a participação social familiar, núcleo no qual muitas vezes surge o episódio de violência gerando a medida protetiva de acolhimento institucional.

Entre os modos semelhantes de atuação de profissionais da saúde, o Terapeuta Ocupacional surge com seu diferencial pelo fato de utilizar e potencializar as ocupações

humanas para promover saúde, bem estar e qualidade de vida. O método (processo terapêutico ocupacional) é utilizado para a elaboração de atividades e recursos de maneira terapêutica, baseado em seus domínios (ocupações, fatores do cliente, habilidades e padrões de desempenho, contexto e ambiente) que formam assim uma identidade ocupacional (AOTA, 2015).

Com base na Resolução do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) N° 383, de 22 de dezembro de 2010, considerando as competências do Terapeuta Ocupacional nos contextos sociais:

Art. 1º O terapeuta ocupacional, no âmbito de sua atuação, é profissional competente para atuar em todos os níveis de complexidade da política de assistência social, do desenvolvimento socioambiental, socioeconômico e cultural. [...]

Art. 3º O terapeuta ocupacional, no âmbito de sua atuação planeja, coordena, desenvolve, acompanha e avalia estratégias nas quais as atividades humanas são definidas como tecnologia complexa de mediação sócio-ocupacional para a emancipação social, desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural de pessoas, famílias, grupos e comunidades.

O objetivo almejado com base nos preceitos da Terapia Ocupacional, atribuídos a uma realidade da criança em situação de violência intrafamiliar, é a busca primordial de potencializar a experiência da criança como ser ocupacional, que possa (re) significar suas ocupações e experiências, com possibilidades de empoderamento¹ para que desde a infância até as outras fases de seu ciclo vital, construa a percepção de que é capaz de combater as dificuldades encontradas no decorrer da vida, como sujeito de direitos, de mudança, de transformação, mesmo que as possibilidades não pareçam favoráveis.

A Terapia Ocupacional visa potencializar as ocupações humanas na busca de qualidade do viver, bem estar, saúde e participação social (AOTA, 2015), pretende fomentar um engajamento ocupacional cotidiano satisfatório, significativo e que proporcione autonomia e independência para as pessoas.

Portanto é imprescindível que o profissional de Terapia Ocupacional promova intervenções com crianças em situação de violência intrafamiliar e em acolhimento institucional, adequadas ao seu perfil, necessidades e interesses, na perspectiva de promover tecnologias de emancipação sócioocupacional junto aos cuidados da criança para que a ocorrência de riscos e agravos na sua experiência de desenvolvimento e emancipação seja reduzido.

¹Processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia (GOHN, 2004).

O terapeuta ocupacional revela-se como um profissional capacitado a tratar e/ou intervir com abordagens referentes ao campo social, como demandas que envolvem violação de direitos, tendo como principal objetivo envolver o usuário em suas ocupações, fornecendo espaços para que estas ocupações se constituam em diferentes contextos (físico, pessoal, cultural, entre outros) (CORTÊS, 2011).

Considero o profissional Terapeuta Ocupacional atuante no campo da assistência social, especificamente em casos de violência intrafamiliar, responsável por uma tarefa complexa, um trabalho a curto, médio e longo prazo, que acima de tudo, proporciona aos usuários possibilidades de garantia de direitos e de engajamento ocupacional satisfatório.

Nesse cenário tal profissional busca propor caminhos que tem por interesse proporcionar novos sentidos para os acontecimentos experienciados pelo sujeito, analisando e explorando possibilidades em todos os contextos em que se encontra, não somente naquele que apresenta rompimentos e/ou dificuldades e sempre com um olhar para o engajamento ocupacional enquanto vetor de emancipação.

Nesse sentido, o estudo em questão ancorou-se em uma perspectiva ocupacional, discutindo um dos aspectos da ocupação da criança -a ocupação participação social familiar- que na situação de violência intrafamiliar e acolhimento institucional pode apresentar singularidades importantes a serem exploradas e de algum modo, possam subsidiar possíveis tecnologias de mediação sócioocupacional de Terapeutas Ocupacionais que atuam diretamente no campo.

Logo, o perfil de pesquisa e os objetivos que a nortearam chamaram atenção para um estudo que poderia ancorar-se na Ciência Ocupacional, que para (YERXA, 1993) é uma ciência que tem por interesse estudar o homem como um ser ocupacional.

Sobre a relação entre ocupação e Ciência Ocupacional (WILCOCK, 2007 p. 257) afirma que:

O estabelecimento de uma estreita relação entre significado [...], fazer, ser, transformação e saúde justifica a emergência de modelos de análise e intervenção a partir de uma ocupação que agora se torna qualificada como condição de inclusão social, de saúde e de bem-estar.

Logo, o bem estar por meio do fazer nos leva a presumir que, a capacidade que cada indivíduo possui sobre suas ocupações atribui para si valor criativo, na autonomia para explorar as emoções humanas a qual elegeram (WILCOCK, 2006, **tradução nossa**).

É importante ressaltar que esta ciência é interdisciplinar e articula-se com diversos campos do conhecimento, contudo nasceu a partir dos pressupostos da profissão Terapia

Ocupacional que por sua vez, fundamentou ao longo da história seus fundamentos nas ocupações humanas (WILCOCK, 2007). Esse é o grande ponto de interlocução entre a Ciência Ocupacional e a Terapia Ocupacional, o interesse em compreender a relação dinâmica entre o homem e suas ocupações.

3 A GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL POR SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social em conjunto com a Saúde e a Previdência Social, desde os primórdios da Constituição Federal de 1988, vem com o passar do tempo se instaurando com papel ativo e inovador. Iniciado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS/1993, esta nova política trouxe consigo novos modelos de organização e a criação de novos serviços (RAICHELIS, 2010).

O ECA, criado em 1990 pela lei 8069/90, foi um marco importante também para o campo da assistência social e dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, apresentando como direitos fundamentais sua proteção a vida e saúde, com o cumprimento das políticas sociais públicas, possibilitando o desenvolvimento pleno e equilibrado (Art. 7º).

Como forma de garantir proteção social e diminuir as situações de vulnerabilidade social o SUAS foi regularizado com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS de 2004 e Norma Operacional Básica – NOB/2005, este sistema desenvolve ações socioassistenciais veiculadas por meio de serviços como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou espaços de acolhimento.

Garcia (2009), afirma que frente aos diversos pontos de vista, a PNAS se desenvolveu como uma ferramenta que garante ao Estado a função de principal ator no exercício das Proteções Sociais no Brasil, desmitificando a ideia de que ações de caráter individual voltadas à filantropia e ao amparo social, sejam percebidas enquanto maior estância na prática de assistência social.

Os serviços socioassistenciais do SUAS têm por objetivo fornecer suporte social às famílias, desde a proteção social básica até a proteção social especial, de média e alta complexidade. Suas especificidades e funções variam de acordo com a multiplicidade de cada caso ou demanda (QUINONERO et al., 2013).

A proteção social especial de alta complexidade é oferecida a criança e adolescente, quando ocorre de sua família ou responsável não fornecer os cuidados necessários ao seu desenvolvimento. A partir da violação de seus direitos e se faz necessário o afastamento de seu núcleo familiar, tendo como uma de suas representações para receber

essas pessoas, os serviços de acolhimento institucional, república e família acolhedora, por exemplo (RESOLUÇÃO Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009).

O ECA refere em seu Art. 98 (2015, p. 27) que “as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados: II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável”. Portanto, no Art. 101, VII do ECA aponta que cabe a autoridade competente tendo constatado a violação prevista no Art. 98, determinar dentre outras medidas o acolhimento institucional.

Esta medida socioassistencial atende casos de alta complexidade dentro do SUAS, sendo acionada quando passam a existir lacunas quanto aos cuidados e proteção da criança e adolescente por parte da família, com vistas à diminuição de riscos e a garantia de segurança e cuidados desde os básicos aos complexos, visando em tempo conciso o retorno do usuário ao seu âmbito familiar quando este estiver em contexto favorável para a não ocorrência de novos casos de violações de direitos (ALVES, 2007).

Na especificidade do acolhimento institucional da criança é realizado a partir de ordem judicial, para garantir o afastamento da criança de sua família por motivos, por exemplo, de violência intrafamiliar. Machado (2011, p. 162) afirma que este acolhimento almeja “o desenvolvimento de potencialidades e a conquista de maior grau de independência individual e social das crianças e adolescentes atendidos, assim como o empoderamento de suas famílias”.

Acrescento que baseado no Art. 92 do ECA (2015, p. 25), as instituições de acolhimento institucional devem adotar os seguintes princípios:

I – preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar; II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa; III – atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV – desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; V – não desmembramento de grupos de irmãos; VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII – participação na vida da comunidade local; VIII – preparação gradativa para o desligamento; IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Sobre as diretrizes de funcionamento das instituições de acolhimento institucional, para Santos (2013), a criança acolhida deve por direito permanecer frequentando ambientes que faziam parte de seu cotidiano, realizando ocupações significativas como práticas de lazer, no ambiente escolar, etc., junto à incorporação habitual nesta nova realidade de reconciliação da criança em situação de violência com sua família, bem como favorecer o convívio em sociedade.

Estas premissas são importantes quando refletimos o envolvimento ocupacional da criança na participação social familiar, pois demonstra que é interesse e fundamento do SUAS fomentar, resgatar e potencializar a relação familiar, o que não deixa de envolver as ocupações para e com esta rede.

O período de acolhimento deve ocorrer no prazo de até dois anos para que ocorra o reengajamento no seio familiar, seja este em sua família de origem ou substituta, exceto em casos que exista a necessidade de requerimento judicial para permanência prolongada, sendo feita investigação do caso (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, o acolhimento institucional enquanto uma medida provisória e limitada, na qual a permanência de usuários se caracteriza de maneira breve ou continuada, será definida de acordo com o histórico do caso de cada criança e adolescente.

É importante ressaltar que para este estudo elegemos como participantes crianças que estavam em acolhimento de forma continuada, portanto, aquelas que poderiam permanecer até dois anos sob os serviços da instituição de acolhimento.

No que se refere à utilização deste serviço, o que ocorre são alterações não somente na perspectiva de habitação, onde de maneira abrupta a criança passa a vivenciar um processo de adaptação, mas também nas inter-relações familiares até então instituídas, que podem estar relacionadas tanto entre o abusador e a criança quanto entre a criança e demais membros da família que não fizeram parte de maneira ativa nas ações de violência.

Além de que as relações com a comunidade que envolvem pessoas que compartilham um determinado contexto necessitam ser modificadas frente à mudança de condição habitacional, como na situação de acolhimento institucional o que possivelmente irá influenciar em ocupações como o brincar e o lazer, que envolvem laços de afetividade e aproximação.

Portanto, as dificuldades de adaptação ou o simples afastamento familiar podem influenciar em ocupações como descanso e sono, atividades de vida diária (AVD's) como alimentar-se, tomar banho, podendo estar sendo alterados devido às dificuldades de adaptação e engajamento. Também podem ocorrer casos nos quais o desinteresse pelas questões que envolvem a ocupação educação possam sofrer influências. Neste estudo destacamos a relação entre essa experiência e a ocupação participação social familiar.

4 METODOLOGIA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Tratou-se de uma pesquisa de campo, descritiva, exploratória, de abordagem qualitativa e do tipo estudo de caso múltiplo, a qual utilizou como instrumentos de pesquisa questionário, atividades de mediação sociocupacional, observação participante e registro em diário de campo.

Visando compreender o comportamento humano, a pesquisa qualitativa e descritiva de acordo com Godoy (2010) tem por interesse entender as definições que o indivíduo constitui com relação ao espaço em que vive e as experiências que nele constrói, sendo o autor da pesquisa o elemento central para coleta e exploração de dados. A pesquisa é desenvolvida através da estruturação dos dados coletados, no intuito de obter novos. Seus resultados são descritos de maneira precisa, rica em detalhes, levando em conta o aprendizado adquirido pelo pesquisador sobre a temática abordada.

Para Munaretto; Corrêa; Cunha (2013) a pesquisa exploratória tem por objetivo examinar de maneira mais aprofundada um determinado assunto, no intuito de torná-lo mais evidente e acessível para novas descobertas. Esta pesquisa possui grande utilidade com estudos ainda pouco desenvolvidos.

O estudo de caso se dá a partir de um conjunto de dados reunidos de forma assídua e em profundidade, caracterizando o desenvolvimento de um determinado episódio, deliberando local, tempo e o contexto ao qual se encontra. Logo não é um estudo que busca generalizações pois é construído a partir da exploração das peculiaridades de cada objeto de pesquisa (STAKE, 2016).

A partir dessa percepção, o papel de um pesquisador qualitativista é buscar a forma como o indivíduo compreende os significados do que vivencia e a interpretação que fornece a estes significados, e ao entender as singularidades deste objeto de estudo -a ocupação participação social familiar da criança em situação de violência intrafamiliar e em acolhimento institucional- o estudo de caso se justifica por exigir do pesquisador mais observação, escuta e cautela na eleição dos instrumentos de pesquisa, bem como, mostrou-se uma pesquisa em profundidade o que esteve coerente com a perspectiva do método de estudo de caso.

Gerhardt e Silveira (2009) definem questionário como sendo um instrumento utilizado para coletar dados. Tem como objetivo levantar opiniões, crenças, sentimentos,

interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário é simples e direta para que o entrevistado compreenda claramente o que está sendo perguntado.

Sobre a observação participante, Correia (2009, p.31) afirma consistir em uma técnica investigativa que visa “eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de fatos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto”. De acordo com o mesmo autor, é instituído contato evidente do pesquisador de maneira dinâmica, também caracterizado como ferramenta de estudo no momento em que se realiza uma coleta de informações.

Para Araújo et al. (2013), o diário de campo consiste em um aparato de anotações onde o pesquisador aponta as informações obtidas através dos diálogos realizados, juntamente com a análise de postura do interlocutor e suas características, levando em conta também suas impressões de forma subjetiva, estando este levantamento sujeito a modificações. Busca “abarcando a intensidade e não apenas a extensão do fenômeno estudado” (p. 54).

De acordo com o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª região (CREFITO-2), as atividades de mediação sociocupacional se caracterizam por “favorecer processos de participação e inclusão, a cidadania cultural e as interfaces entre cultura, saúde, assistência social e a diversidade cultural;” (Art. 3º, VIII p. 23).

4.2 UNIVERSO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Espaço de Acolhimento Institucional Recomeçar, da Fundação Papa João XXIII (Funpapa), em Belém, que acolhe crianças e adolescentes entre sete e 18 anos incompletos.

Atualmente a instituição está localizada no Bairro da Pedreira, possui disponibilidade para acolher até vinte usuários entre crianças e adolescentes que encontram-se em permanência continuada. A equipe do espaço é composta por assistentes sociais, psicólogo, pedagogo, técnico de esporte e lazer e educadores sociais.

As crianças e adolescentes são encaminhadas pelo Conselho Tutelar, pelas mais variadas situações de violação de direitos - violência, negligência, abusos, entre outras.

Na rotina da instituição, inicialmente realiza-se um estudo diagnóstico para verificar a situação que demandou o acolhimento e se a criança e/ou adolescente tem condições de retornar em segurança ao convívio familiar. Caso contrário, é solicitada uma guia de acolhimento, a qual permite o acolhimento com validade de até dois anos.

A criança ou adolescente adentra o espaço, onde se realiza o acolhimento, sendo repassados o funcionamento da Instituição e a disposição de seu espaço físico, seguido dos cuidados quanto às suas necessidades básicas mais emergentes e posteriormente faz-se a escuta.

Com essas estratégias busca-se a construção do vínculo, para que somente após isso seja feita o contato para que o usuário relate experiências de vida. Feito isto, inicia-se os trabalhos junto à família para que futuramente esta criança ou adolescente possa retornar ao convívio familiar, que constitui o principal objetivo desta Instituição.

4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Participaram desta pesquisa quatro crianças, de ambos os sexos, entre sete e 12 anos incompletos, que encontravam-se em situação de acolhimento institucional e vivenciaram situações de violência intrafamiliar.

A escolha dos participantes se deu de maneira aleatória, realizada a partir de encaminhamentos da equipe institucional das quatro primeiras crianças que atenderam aos critérios da pesquisa.

A eleição da faixa etária (sete a 12 anos incompletos) justificou-se por corresponder as idades mínima e máxima, de crianças que a instituição recebe.

4.3.1 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Crianças na faixa etária de sete a 12 anos incompletos, de ambos os sexos, conscientes, orientadas no tempo e no espaço, alfabetizadas ou não, que estivessem em situação de acolhimento institucional em decorrência de algum tipo de violência intrafamiliar (física, psicológica, sexual, negligência/abandono) que aceitassem, por meio do Termo de Assentimento para crianças - TA e fossem autorizadas a participar desta pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE.

4.3.2 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Crianças fora da faixa etária entre sete e 12 anos incompletos, que estivessem em situação de acolhimento institucional em decorrência de algum tipo de violência que não fosse intrafamiliar (física, psicológica, sexual, negligência/abandono), em que a consciência e

orientação no tempo e no espaço não estivessem preservadas, não aceitassem, por meio do Termo de Assentimento - TA para crianças e não fossem autorizadas a participar dessa pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

4.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

4.4.1 1ª etapa da pesquisa

Levantamento bibliográfico sobre o tema, através de pesquisas em fontes primárias, secundárias e terciárias, como livros-textos, artigos científicos publicados em jornais e revistas científicas, teses, dissertações, monografias, entre outros.

4.4.2 2ª etapa da pesquisa

A pesquisa foi realizada respeitando as Normas de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (Res. CNS 196/96) do Conselho Nacional de Saúde. Teve início após a qualificação deste projeto pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Via Plataforma Brasil), CAAE: 568944416.7.0000.0018(ANEXO A), pela orientadora, e pelos participantes e seus responsáveis legais, por meio da assinatura do Termo de Assentimento (APÊNDICE A) e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B), respectivamente.

4.4.3 3ª etapa da pesquisa

Contou com a inserção da pesquisadora na instituição, com a triagem pelos profissionais da instituição dos possíveis participantes da pesquisa a partir dos critérios de inclusão. Quando do aceite, houve a assinatura do TA pelas crianças e assinatura do TCLE pelo responsável legal das crianças participantes, que no caso da pesquisa foi representada pela diretora da Instituição.

4.4.4 4ª etapa da pesquisa

Consistiu na coleta de informações do caso da criança, a partir de consulta ao prontuário e informações com a equipe da Instituição para conhecimento e esclarecimentos referentes ao caso. Foi realizado um roteiro com dados de identificação, histórico do caso e informações socioeconômicas e ocupacionais da criança em formato de questionário (APÊNDICE C).

Concomitantemente, realizou-se a observação das crianças que aceitaram e foram autorizadas a participar da pesquisa, a partir da participação da pesquisadora nas atividades institucionais das quais as crianças participantes estavam inseridas, dentre elas destacam-se os grupos, atividades lúdicas e de lazer.

Nesta fase, o registro em diário de campo já estava compondo a pesquisa, para elucidar as observações da pesquisadora sobre as crianças participantes do estudo, dados que foram cruzados e complementares as informações e observações coletadas no questionário e nas atividades de mediação sócio ocupacional propostas.

Estes contatos iniciais ocorreram em até uma semana e tiveram por interesse favorecer a construção do vínculo terapêutico, o qual foi de extrema importância para que a pesquisa fosse realizada de maneira satisfatória, na busca de não causar danos, incômodo ou algum tipo de constrangimento as crianças participantes, bem como, a pesquisadora.

4.4.5 5ª etapa da pesquisa

Consistiu nas atividades de mediação sociocupacional, nas quais seu desenvolvimento foi de acordo com a disponibilidade, motivação e interesse das crianças participantes. A partir das interações anteriores, considero que houve um ambiente de relações mais favorável para os encontros.

Nesta etapa, foram realizados quatro encontros com cada criança, semanalmente, de acordo com dia e horário combinados ao final de cada atividade, levando em conta a disponibilidade da Instituição e das crianças participantes.

Cada encontro teve duração aproximada de 60 minutos, porém de acordo com a disponibilidade que a criança teve para permanecer, interromper ou encerrar cada encontro, além de respeitar seu envolvimento, características que foram determinantes para a pesquisa.

4.4.5.1 Propostas de encontros terapêuticos ocupacionais

1º: “Quem sou eu?”

A criança participante através de recorte e colagem iria demonstrar através de sua própria criação o retrato de sua autoimagem, referente a aspectos físicos, emocionais, utilizando elementos que demonstrassem suas características, formas, o que gostava e não gostava de fazer.

Comando inicial: *Para este encontro, gostaria que você me diga/descreva quem é você (suas características, o que faz, o que gosta de fazer), através de recorte e colagem.*

Comando final: (pergunta pré-selecionada)

- *Como foi para você fazer esta atividade?*

Recursos: tesoura sem ponta, revistas, livros para recorte, papel A4 branco e colorido, cola.

2º: Jogo das emoções

Baseado em um jogo tradicional, a atividade consistiu em um jogo de cartas, composto por imagens pré-selecionadas pela pesquisadora, contendo situações onde era possível observar os diversos tipos de emoções, como explícito na imagem abaixo:



Fonte: Fotografia da pesquisadora

As cartas eram embaralhadas e colocadas para baixo. O jogo foi realizado pelo participante e mediado pela pesquisadora, seguindo as regras de um jogo de memória tradicional, com as cartas embaralhadas e viradas para baixo no intuito de reunir os pares iguais. Ao final disso, foram realizadas perguntas pré-selecionadas referentes às emoções, que podiam ser ou não, aquelas representadas no jogo.

Comando inicial: *Para este encontro, gostaria de brincar com você de jogo da memória. Vamos lá?*

Comando final: (perguntas pré-selecionadas)

- *Quais emoções você mais sentia antes de vir para cá?*

- *E agora, aqui na Instituição, qual dessas emoções você mais sente?*

3º: Minha Árvore Genealógica

A criança deveria desenhar uma árvore que representasse sua família desde os avós, passando para os pais, tios, irmãos e a quem mais for designado por ela como um membro familiar. Se quisesse, poderia colorir.

Comando inicial: *Para este encontro, gostaria que você desenhasse sua família.*

Comando final: (perguntas pré-selecionadas).

- *Como era sua relação com essas pessoas antes de vir para cá?*
- *Como é sua relação com essas pessoas agora?*
- *Gostaria de dizer algo mais?*

Recursos: papel A4 branco e colorido, lápis comum e lápis de cor, canetinha, giz de cera, borracha.

4º: “Vamos criar!”

Para esta atividade, foi sugerida que a criança contasse e/ou construísse uma história, que era iniciada pela pesquisadora com um comando, porém após isso deixando o tema livre para a criança. O relato poderia ser feito através da escrita, via oral e/ou utilizando mímicas/gestos.

Comando inicial: *Para este encontro, gostaria que você contasse uma história que comece assim “Era uma vez um (a) menino (a)...”*

Comando final: (perguntas pré-selecionadas).

- *Como foi para você esta brincadeira?*
- *Este é nosso ultimo encontro com atividades, você gostaria de fazer algo mais ou dizer algo mais?*

Recursos: sons ambiente (que foram colocados durante a atividade), papel A4 branco e colorido, lápis de cor. Adicionais: massa de modelar, papel A4 branco e colorido, lápis comum, lápis de cor, giz de cera, tinta guache, pincéis, papel crepom, EVA, músicas.

4.4.6 6ª etapa da pesquisa

Consistiu na análise de dados realizada por meio da análise do conteúdo de Bardin, que é definida como um método empírico, conjunto de instrumentos de cunho metodológico que busca o conhecimento daquilo que está por trás do significado das palavras, foca-se na mensagem, ou seja, na comunicação que ocorre entre o pesquisador e o participante, o objetivo é organizar a mensagem para confirmar os indicadores que permitem inferir sobre realidades que não sejam da mensagem (BARDIN, 2011).

Para Minayo, Deslandes e Cruz Neto (2013), a análise de conteúdo vai além de um conjunto de técnicas. Ela consiste na apreciação de informações sobre as ações humanas, possibilitando uma aplicação bastante variada, e tem duas funções básicas: verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos expressos.

4.5 OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A COLETA DE DADOS

O tempo estipulado para a coleta de dados foi de dois meses. Ressalto que registros fotográficos das atividades fizeram parte dos materiais coletados. Destaco também que as crianças participantes da pesquisa não fizeram parte do estudo de forma conjunta, de sim de modo individual. O período de dois meses foi usado de forma cuidadosa para eleger e conduzir as propostas do método.

4.6 QUESTÕES ÉTICAS

Foi garantido aos participantes e seu responsável legal, orientações que esclarecessem os propósitos da pesquisa, visando à compreensão da mesma para que o pesquisado decidisse se participava ou não. Assim como, explicou-se aos mesmos a presença dos princípios que visam tanto preservar o anonimato da identidade como garantir a privacidade dos participantes.

Nesse sentido, a criação de nomes fictícios baseados em personagens de contos infantis (Ariel, Raquel, Hércules, Aladim), foi realizada, bem como garantiu-se que sua participação era voluntária, e que os participantes tiveram liberdade de se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo à assistência recebida na instituição de acolhimento.

A pesquisa considerou os possíveis riscos materiais, físicos e/ou psicológicos, aos participantes. Os riscos estavam relacionados aos eventuais prejuízos à integridade ou constrangimento moral devido à revelação de sua identidade. Para isso, as informações obtidas tiveram caráter confidencial.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

5.1 BREVE APRESENTAÇÃO DAS CRIANÇAS PARTICIPANTES

Ariel, 9 anos, estudante, estava no espaço de acolhimento há três meses e em acolhimento pela primeira vez. Sua composição familiar na residência envolvia mãe, avó, tio materno e irmã (que também estava em acolhimento institucional no mesmo espaço). Na ocasião a residência também era frequentada por C (companheiro de sua genitora) e seus amigos, que segundo dados do prontuário e relatos de Ariel, realizavam reuniões que envolviam drogas lícitas e ilícitas na residência. Relatou também que nos períodos que se davam estes encontros ficava brincando sem supervisão de responsável e grande parte do tempo permanecia na rua.

Foram realizadas denúncias do disque 100 em agosto de 2014. Sua mãe já trabalhou com prostituição justificando ser pela necessidade de sustento de Ariel, quando era filha única. A mãe é HIV+ e usuária de drogas. Sofreu negligência/abandono por parte da genitora (que nega o fato), exposição a situações de risco social, violência física e psicológica e suposto abuso sexual por parte do padrasto e amigos do mesmo que frequentavam seu ambiente familiar.

Alice, 8 anos, estudante, estava no espaço de acolhimento há dez meses e em acolhimento pela primeira vez. Sua composição familiar envolve a mãe, avó materna, três irmãos, padrasto e tios. Residia com a mãe e o padrasto onde sofria agressões e relata ter sofrido abuso sexual pelo mesmo (não confirmado). Estava em situação de abandono e negligência pela genitora, sendo também constadas violência física.

Hércules, 10 anos, estudante, estava na Instituição há onze meses e já esteve anteriormente em acolhimento. Sua composição familiar envolvia mãe, avó materna, tios e três irmãos. A criança era submetida à violência doméstica, agressões físicas e verbais, prática de mendicância e permanência na rua sem supervisão de responsável por longos períodos de tempo. Não apresentava possibilidade de retorno familiar.

Aladim, 10 anos, não estava frequentando a escola, encontrava-se na Instituição há um mês, sendo a primeira vez em acolhimento. Sua composição familiar envolvia mãe, avó materna, padrasto, tia, “avó postiça” (como denominava a mãe de seu padrasto) e quatro irmãos. A genitora realizava atos de mendicância com a presença dos filhos no bairro do Reduto durante boa parte do dia em um período de cinco anos. Mãe usuária de drogas (sic),

HIV+ , assim como, sua filha mais nova. Dos quatro filhos apenas Aladim e V. residiam juntos. Apresentou situações de negligência/abandono.

5.2 A OCUPAÇÃO PARTICIPAÇÃO SOCIAL FAMILIAR DAS CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: EXPERIÊNCIAS DE ROMPIMENTO E FRAGILIZAÇÃO.

Mesmo com a disponibilização de todos os recursos necessários que uma Instituição possui para o os cuidados da criança, de acordo com Bronfenbrenner (1996), ela não consegue alcançar o real potencial que a família exerce. Porém se neste ambiente familiar houver problemas de ambientação sejam eles físicos ou de estruturação social, a Instituição passa a ser a principal estratégia na busca não apenas de evitar riscos, mas de proporcionar oportunidades de crescimento desta criança.

O que pode ser visto de maneira relativa, levando em conta que as relações intrafamiliares já estabelecidas, sejam elas compostas de laços afetivos ou não, possuem papel fundamental na forma como as crianças constroem sua opinião sobre o exercer favorável de sua ocupação de participação social familiar.

De acordo com Álvares (2013, p. 155) a Instituição “pode ou não funcionar como uma rede de apoio social, a depender da percepção da criança ou adolescente daquela medida”.

O acolhimento institucional mesmo através de suas bases normativas pode de modo geral, resultar em diversos pontos negativos sobre o desempenho das ocupações dos usuários que estão acolhidos em decorrência, principalmente, ao afastamento de suas famílias, sobretudo quanto ao tempo que ali permanecem. Causando danos íntimos e pessoais como na formação de identidade, na ausência de escolha em estabelecer o seu próprio espaço e abalos na construção de seus ideais de vida (ALBERTO, 2002).

Os dados desta pesquisa apontam que **a ocupação participação social familiar das crianças em acolhimento institucional por conta de violência intrafamiliar pode se estabelecer de diversas formas, que vão desde a fragilização ou modificação do exercício da ocupação em questão até seu rompimento total.**

Nos casos das participantes Ariel e Alice, por exemplo, apresentavam semelhança quanto a ocupação participação social familiar, pois mantinham vínculos com as avós maternas que eram as responsáveis pela saída semanal das crianças, levando-as para o convívio nos lares onde residiam anteriormente ao acolhimento.

Esta realidade demonstra a modificação e/ou a fragilidade da ocupação participação social familiar visto que o acolhimento institucional por si só já carrega de algum modo a alterações nessa ocupação em decorrência do afastamento físico da família, no

entanto, nos casos destacados, a saída da instituição para o convívio familiar caracterizava a tentativa de manutenção e resgate positivo desses vínculos e conseqüentemente, de modos de ocupar-se que envolvem socialmente a família.

A avó de Ariel, por exemplo, leva consigo a irmã da participante. No período da coleta de dados, a genitora residia na mesma casa que a avó das crianças, porém nem sempre encontrava-se no local, evidenciando que Ariel não mantinha contato frequente com a mãe nas saídas programadas do acolhimento institucional.

Já Alice, durante sua presença na casa da avó materna que residia com seu companheiro F, não realizava contato com a mãe por esta morar em outra localidade com seu padrasto B, que por sua vez, não mantinha aproximação positiva com Alice, relatado pela criança de forma breve durante a atividade “Árvore genealógica” como autor de agressões contra ela e seus irmãos, motivo pelo qual Alice não o envolve em suas relações afetivas.



Imagem 1:Atividade “Árvore genealógica” de Alice

A participante de acordo com seu prontuário e relatos colhidos durante a pesquisa, já residiu em Cotijuba com a mãe, três irmãos e sua avó e verbalizou o prazer em residir neste lugar, devido ao bom relacionamento, até então, mantido principalmente com seus irmãos com quem brincava, mostrando-se satisfeita. Posteriormente passou a morar em Ananindeua com sua mãe e o padrasto B, onde passaram a surgir os possíveis casos de violência.

Ariel e Alice possuem semelhanças quanto ao tipo de violência que sofreram (negligência, violência física e possível violência sexual). Em ambas observei a manutenção dos laços afetivos e resposta positiva por parte das crianças quanto à saídas programadas,

visto que durante os diálogos realizados nos encontros, expressavam verbalmente a ansiedade para que chegasse o momento de se ausentarem da Instituição, mesmo que por apenas um período, ratificando o valor significativo que a aproximação familiar despertava nestas crianças.

Pude confirmar esta ideia no momento em que Ariel narra uma história semelhante à de chapeuzinho vermelho na atividade “Vamos criar!”, destacando a atitude da avó na história como sua ‘salvadora’, como explícito no trecho: -“*Aí a vó dela vem corta a barriga do lobo e salva ela e viveram felizes para sempre*”. Ariel demonstrou a importância que fornecia ao papel familiar da avó que envolve, por exemplo, proteção e cuidado.

Trazendo este dado para a realidade Institucional, observei que há uma real semelhança entre o papel designado na história e o que realmente ocorre na relação familiar de Ariel, levando em conta, por exemplo, que a avó de fato exerce esse papel com a criança que envolve cuidado e proteção, sendo uma das pessoas que mais desenvolve espaços para que Ariel tenha oportunidades de desempenhar sua ocupação participação social familiar.

Para Monteiro et al. (2014 p. 306) as ocupações “são importantes meios de participação social nas quais as pessoas se engajam todos os dias, incluindo-se o trabalho, o lazer, a participação social, o auto cuidado, entre outras” Para isso, é necessário que compreenda-se o significado dos papéis ocupacionais, que de acordo com (AOTA, 2005 p. 8) são:

Conjuntos de comportamentos esperados pela sociedade e moldados pela cultura e contexto; eles podem ser ainda mais conceituados e definidos por um cliente (pessoa, grupo ou população). Os papéis podem fornecer orientações em ocupações ou podem ser usados para identificar as atividades relacionadas com certas ocupações com as quais o cliente se envolve.

Kiepek; Magalhães (2011, **tradução nossa**), retratam que as ocupações tidas como não significativas para o indivíduo, podem reagir de forma negativa em seu desempenho, levando em conta que diversos estudos da área buscam reiterar que as ocupações sempre promovem benefícios, o que não se caracteriza como regra.

Quanto aos demais componentes familiares tanto de Ariel quanto de Alice, como tios e primos, há contato esporádico quando eles encontram-se no ambiente familiar -durante as saídas programadas- não demonstrando desconforto quanto a presença ou não deles. No decorrer dos diálogos da pesquisa, as crianças participantes trouxeram relatos de situações do dia a dia como, por exemplo, o brincar com os primos em casa ou na rua.

Assim como Aladim, que também vivenciava a fragilização da ocupação participação social familiar e cita seus demais parentes durante as atividades, como primos,

tios, padrasto, sua “avó postiça” (mãe de seu padrasto), com os quais referiu boa relação. Os tios e a ”avó postiça” residiam próximos a sua residência, onde a última chegou a demonstrar interesse quanto a tutela da criança (Sic – prontuário de acolhimento).



Imagem 2: Árvore Genealógica de Aladim

Um grande exemplo de ocupação participação social familiar rompida se mostrou através do caso do participante Hércules, que por sua vez, difere-se dos demais participantes, expondo uma realidade grave e delicada quanto a esta ocupação. Seus familiares maternos residem em outras localidades do Pará e não demonstraram interesse em manter contato ou oferecer cuidados para com a criança, inclusive a própria mãe.

A genitora advinda de uma família adotiva, após a situação de acolhimento da criança não demonstrou interesse em permanecer com a guarda e manter vínculos com Hércules, não realizou ou quis receber ligações do espaço de acolhimento e evitou qualquer tipo de contato com a equipe da Instituição.

Portanto, a criança não recebia visitas e seu contato era somente com funcionários, demais acolhidos do local e com as pessoas que faziam parte do seu ambiente escolar, atividades externas que realizava como natação e espaços terapêuticos, pois fazia acompanhamento em Centro de Atenção Psicossocial Infanto Junevil - CAPSi. Em dado momento, uma prima da genitora de Hércules apresentou interesse em permanecer com a guarda da criança, porém por falta de estrutura, o processo não pode ser concluído.

Frente a esta realidade, possivelmente Hércules seria uma criança que entraria para o quadro de família substituta, demonstrando assim o rompimento de sua ocupação

participação social familiar visto que os vínculos estavam rompidos e tanto a família biológica quanto a extensa não demonstraram interesse em recuperá-los e/ou condições mínimas de mantê-los.

De acordo com as orientações do serviço de acolhimento “mesmo quando são remotas as possibilidades de reintegração, não deve haver desistência do investimento na busca de possibilidades para garantir à criança e ao adolescente o direito ao convívio familiar” (CONADA, CNAS, 2008 p. 20).

O ECA assegura em seu Art. 19: “o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, na família substituta”.

As medidas de Proteção Social do SUAS, ECA e a Política Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, visam elaborar outras estratégias de atuação com crianças em situação de violação de direitos, como na incorporação destas em família substituta, com o objetivo de promover a este público oportunidades para exercer suas ocupações, principalmente as de participação social familiar e na comunidade de forma mais humanizada (LOPES, 2012).

Esta sequência de fatos e o considerável rompimento de sua ocupação de participação social familiar pode ter desenvolvido como consequência o fato de Hércules ser o participante que mais apresentou durante a pesquisa restrições quanto ao diálogo, construção de vínculo, comparado a colaboração dos demais participantes que de alguma forma ainda que mínima, mantém vínculos familiares e conseqüentemente, ocupações de participação social familiar.

Em contrapartida, **a convivência familiar mal estruturada, pode desenvolver aspectos emocionais que não sugerem um desempenho da ocupação participação social familiar desejado para criança e nem a satisfação de permanecer em seu ambiente familiar**, como visto por Hércules durante o “Jogo das emoções”, quando traz como evidência a escolha das cartas “chorando muito”, “chateado”, “assustado”, “apavorado” enquanto sentimentos anteriores a situação de acolhimento institucional.

A realidade de acolhimento mesmo que por conta de diversas violações, pode ser vista como um ambiente em que se pode desfrutar de uma vida agradável e positiva, característica observada durante o recorte de Hércules na atividade “Quem sou eu?”, de uma imagem que se referia a uma pessoa esboçando o sentimento de felicidade.

Fazendo uma análise comparativa, observo que os relatos referentes à sua situação anterior ao acolhimento revelaram que no momento atual -de acolhimento institucional- a criança considerava-se mais satisfeita do que no eu território familiar.

Esta afirmativa é pontuada não somente a partir da postura da criança frente à pesquisadora, mas também a partir de ações que foram observadas durante a permanência na Instituição, como nas atividades livres (jogar bola) e nas relações com demais acolhidos, que durante o momento da pesquisa permaneciam realizando pequenos diálogos e demonstravam a satisfação de Hércules.

De acordo com estudo de Carvalho e Manita (2010), de uma forma geral, as regras institucionais são recepcionadas por algumas crianças como ferramenta organizadora de suas tarefas do cotidiano. Na possibilidade em realizar atividades que envolvem lazer, diversão e na construção de relações favoráveis com profissionais e demais acolhidos.

Observou-se em Portugal relevância de estudos no âmbito Institucional, como aponta Chapman, Wall e Barth (2004), que desenvolveram uma pesquisa com 727 participantes maiores de 11 anos visando compreender a percepção de crianças e adolescentes sobre suas experiências em acolhimento. Constatou-se os que encontravam-se em acolhimento através de família substituta apresentaram respostas mais positivas, em contrapartida as que permaneciam na Instituição obtiveram respostas negativas, como na tentativa de fugas e principalmente na pouca busca familiar através das visitas.

No estudo de Carvalho e Manita (2010) realizado com 9 crianças que encontravam-se em acolhimento institucional, destacou-se a fala corriqueira quanto ao desejo de retornar a seus lares, visando não apenas exercer a ocupação participação social familiar, mas realizar suas demais ocupações com autonomia e independência. Porém há casos em que as crianças reconhecem o papel da Instituição que visa o fornecimento de cuidados, compreendendo o motivo pelo qual foram levadas a permanecer em medida protetiva.

O Acolhimento Institucional tem por objetivo aos usuários como parte de seus direitos o “acesso à rede socioassistencial [...]; promover o acesso a programações culturais, de lazer, de esporte e ocupacionais internas e externas, relacionando-as a interesses, vivências, desejos e possibilidades do público” (RESOLUÇÃO Nº 109, 2009 p. 34).

Nesse sentido, destaco a importância de exercer estas ocupações que por conta da realidade de violação de direitos, muitas das vezes não podem ser efetuadas de maneira satisfatória.

O distanciamento total da criança de seu ambiente familiar deve ser aplicado quando “representar o melhor interesse da criança ou do adolescente e o menor prejuízo ao seu processo de desenvolvimento” (CONADA; CNAS, 2008, p. 10).

Quanto à **visão das crianças sobre sua situação de vida anterior e à atual que envolve o acolhimento, observei episódios nos quais esta visão apresentava-se de forma confusa**, como explicitado por Ariel e Alice através da atividade “Jogo das emoções”, para qual as cartas selecionadas por elas as caracterizavam ora como “irritada”, “aborrecida”, ou de quem “chorava”, outrora permeadas por momentos em que estavam “alegre”, “feliz”, “sorridente”, tanto anterior quanto posterior ao acolhimento.

Alice relatou: “*Minha avó não deixava brincar no celular dela*”, assim como Ariel relatava sentir “*raiva*” da mãe por certas atitudes tomadas em sua casa. No entanto, ambas participantes apesar de demonstrarem resposta positiva quanto ao acolhimento, reforçam o desejo de retorno para seus lares.

Também destaco respostas firmes e concisas quanto à situação anterior ao acolhimento, como percebido por Hércules nas escolhas das cartas “feliz” e “muito feliz”, justificando a escolha por estar em casa próximo à mãe e os irmãos. Após o acolhimento selecionou as cartas “aborrecido”, “raiva” e “chateado” onde relata: “*Aqui eles dormem muito cedo...não tem nada pra fazer*”.

Estes aspectos como no caso de Ariel, Alice e Aladim, estão diretamente relacionados às formas em que suas ocupações de participação social e na comunidade foram instituídas, pois apesar de relatarem sentimentos como tristeza ou raiva por situações rotineiras do espaço de acolhimento, acabavam por ressaltar maior valorização as situações em que estavam próximos de seus familiares e assim exercendo as ocupações habituais em seus ambientes familiares.

Uma das principais violações que levaram os participantes a necessitar de medida protetiva foi à ação de negligência advinda na maioria das vezes pela mãe, como no caso de Aladim que não mantinha supervisão de um responsável, ficando por horas disperso na rua e muitas das vezes deslocando-se para lugares distantes de sua residência, enfrentando possíveis riscos. Neste período, passou a adotar na rua atividades como jogar bola, empinar pipa, como significativas e parte de sua rotina, estando agora em acolhimento impossibilitado de realizá-las. Apesar destas violações as quais era exposto (negligência seguido de mendicância) Aladim demonstrava insatisfação com sua realidade de estar em acolhimento.

Observei a fragilidade nas relações com os demais parentes que realizavam poucas ou nenhuma visita aos acolhidos, como no caso de Alice que de acordo com seus

relatos durante a pesquisa a aproximação era realizada quando esporadicamente seus parentes como tios, primos se dirigiam até a residência de sua avó e nunca ao espaço de acolhimento.

Houve também casos como o de Aladim que recebia visitas da mãe e durante esse momento relatava para ela, o desejo em voltar ao seu convívio diário e de retornar para casa. Aladim, porém não vivenciava a experiência de saídas programadas com a família, como nos casos de Ariel e Alice, em decorrência da violação a qual foi exposto, pois foi retirado de situação de mendicância vivenciado junto à genitora, o que culminou com anão autorização de sua mãe retirar a criança da Instituição, ficando esta responsabilidade a uma tia, que, no entanto apenas realizava poucas visitas ao espaço.

Baseado na regulamentação regida pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONADA (2008), o serviço de acolhimento traz como um de seus princípios a excepcionalidade do afastamento do convívio familiar, onde este fator excepcional só deve ser posto em prática se a circunstância apresentar forte ameaça a integridade de modo geral a vida da criança.

A criança mesmo encontrando-se em acolhimento institucional, tem a oportunidade de permanecer nas imediações de seu ambiente familiar, visando estabelecer a manutenção dos vínculos afetivos remanescentes, além de não se distanciar de suas ocupações na comunidade (IDEM, 2008).

5.3 VÍNCULO, FAMÍLIA E DEMAIS RELAÇÕES INTERPESSOAIS: APONTAMENTOS PARA UMA PERSPECTIVA OCUPACIONAL DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Com base nas produções de Bowlby, surge a Teoria da Vinculação, construída através de estudos como a Psicanálise e a Psicologia do desenvolvimento, caracterizando-se como:

Modelo de desenvolvimento emocional que postula a ligação da mãe ao bebê, fundamenta o modelo das relações futuras do sujeito, promove expectativas e assunções acerca dele próprio e dos outros, susceptíveis de influenciar a competência social e o desenvolvimento emocional ao longo da vida (FERREIRA; PINHO, 2009 p.1).

A partir dos dados coletados na pesquisa, evidenciaram-se diferentes formas de vinculações das crianças com seus familiares. Foi possível perceber características que demonstram **vínculos fragilizados ou que não foram instituídos**.

Como por exemplo, quando o participante Aladim na construção da atividade “Árvore genealógica”, traz o desenho de sua mãe, padrasto, avós, primos e irmãos, classificando estes como sua referência familiar, mas ao desenhar a avó materna relatou: - “*Vou desenhar ela feio*” - “*não gosto dela porque ela é ruim*”. Utilizou tinta preta de forma grosseira sobre todo o desenho da avó.

Aladim relatou que a avó materna o deixava junto aos irmãos trancados em sua casa, sozinhos e sem alimentação, esclarecendo dessa forma, o porquê de sua visão sobre ela. Estes fatos revelam além de constituírem-se uma violação de direitos, demonstram nesta relação familiar ausência de vínculo para com a avó.

Segundo Castro (2005) o vínculo se constitui como um elemento capaz de construir fortes conexões, levando em conta aspectos como a linguagem, verbal ou não verbal, como olhares, gestos, sentimentos, criando uma intimidade emocional. Acrescenta que se estabelece em experiências interpessoais e que através delas se constrói a identificação com o outro.

A realidade de acolhimento institucional por um período extensivo é retratada na literatura como um elemento capaz de mediar a construção social e a sustentação dos vínculos afetivos nas fases de vida subsequentes (SANTOS, et al., 2010).

A regulamentação do Serviço de Acolhimento traz ainda como um de seus princípios a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, que afirmam

ser “fundamentais nessa etapa do desenvolvimento humano, para oferecer à criança e ao adolescente condição para um desenvolvimento saudável que favoreça a formação de sua identidade e constituição como sujeito e cidadão” (CONADA, CNAS, 2008, p.8).

Esta pouca ou ausência de vinculação também relacionou-se com a postura de Hércules quanto a suas relações familiares, que pouco foram expostas por ele durante a pesquisa, como visto na atividade “Quem sou eu?”, na qual selecionou imagens referindo viagens, praia, porém sem revelar maiores detalhes, ou seja, sem grande aprofundamento do que fez. As imagens em geral referiam-se a características e desejos pessoais, como brinquedos, comidas e o sonho de se tornar cantor (exposto na imagem que trazia o cantor Wesley Safadão) e a escolha da palavra “Astro”.

Também selecionou a palavra ‘Amor’ porém sem expressar o motivo da escolha. Apresentou sutilmente referência familiar no momento em que recortou a imagem de uma festa de aniversário e relatou já ter tido uma. Quanto à representação familiar contida nesta imagem, o participante relatou que estavam presentes em sua festa mãe e avó. Não referiu demais pessoas/familiares.



Imagem 3: Atividade “Quem sou eu?” de Hércules

Observei que na atividade “Árvore genealógica”, Hércules se referia aos irmãos como os únicos componentes familiares, porém na atividade “Quem sou eu?” em um dado momento cita à mãe e a avó, mas em seus relatos não trouxe sua composição familiar

explícita em que concomitantemente estivessem presentes irmãos, avó e mãe, que são representados durante as atividades diferentes, com isso reforça a ideia da fragilidade dos vínculos estabelecidos e uma realidade de que possivelmente não vivenciou momentos importantes com todos reunidos.

O vínculo materno foi expresso de forma significativa durante as construções dos participantes, **em que as mães autoras da violação a qual expuseram seus filhos permanecem, na maioria dos casos, ainda com uma postura de referência para as crianças participantes da pesquisa**, como nos casos de Ariel, Alice e Aladim.

Esta característica foi observada no momento em que Aladim desenha sua mãe com empenho, como visto na Imagem 4, elencando detalhes de sua aparência física em forma de cuidado e apreciação. Relatou sentir falta de estar com ela.



Imagem 4: Atividade “Árvore Genealógica” de Aladim

Em se tratando de crianças inseridas em serviços de acolhimento, que gerou a interrupção do convívio familiar devido exposição à violência, acredita-se que em alguns casos, o afastamento da criança de seu lar pode apresentar-se ainda mais prejudicial para ela, pois o convívio familiar reúne fortes laços afetivos com o próprio agressor (geralmente pai ou mãe) e acaba por naturalizar a forma que percebe o problema instalado, fazendo com que a ocorrência de casos de violência se torne algo constituinte de sua família e de repente, percebido como natural ou comum (PEIXOTO, 2010).

Este vínculo materno significativo também foi inicialmente observado durante a atividade “Quem sou eu?” de Ariel, através da seleção da participante recorta duas imagens

que ilustravam mãe e filha, em uma destas imagens mãe e filha aparecem com roupas iguais, a outra, Ariel colocou no centro da folha, demonstrando saudosismo e possivelmente reiterando a forte referência materna que ela possui através desta ação, além de remeter à ideia de manutenção do vínculo, traduz o fato de que a mãe mesmo não lhe fornecendo os cuidados necessários e expondo-a a diversas violações, ainda assim permanece com intensa ligação que envolve sentimentos e afetividade.

Uma das imagens recortadas foi caracterizada pela criança através da fala: - “*Uma mãe que não abandona seu filho*”. A outra imagem escolhida foi representada pela fala: - “*Amor*”.



Imagem 5: Atividade “Quem sou eu?” de Ariel

A **vinculação familiar entre irmãos** tornou-se presente de forma significativa, levando em conta que os participantes adotavam posturas que envolviam responsabilidade, afeto e cuidados com os irmãos, em especial os mais novos, como por exemplo, nos relatos em que Alice cita seu irmão mais novo R e reforça esta afirmação na atividade “Vamos Criar!”, onde especifica no trecho de sua narrativa: “*Eu vou desenhar uma pipa porque o R gosta de pipa*” e se refere diversas vezes em seus relatos, acrescentando sentir saudade dele e dos demais irmãos.

É notório o quanto este rompimento repercutiu em Alice, levando em conta que desde o momento em que passou a encontrar-se em acolhimento institucional, não realizou mais contato com os irmãos, tornando este vínculo ainda mais fragilizado. A participante representou de forma concisa seus irmãos na atividade “Árvore genealógica” e na construção

da narrativa na atividade “Vamos criar!”, compartilhando também através de relatos diversas situações vivenciadas com eles, acrescentando seu desejo em poder retomar a convivência rotineira já que estes moraram com seus respectivos pais.



Imagem 7: Atividade “Vamos criar!” de Alice

Aladim da mesma forma, após adentrar a Instituição, não teve mais contato com seus irmãos menores. No decorrer dos recortes da atividade “Quem sou eu?”, foi possível perceber a dedicação que o participante apresentou para com os cuidados dos irmãos, em especial com a irmã menor V, a qual se refere por diversas vezes em seus relatos. Recorta imagens de bebês e objetos referentes aos cuidados que tem para com ela, exemplos disso são as imagens de “papinha” e de um berço, visto na imagem abaixo.



Imagem 8: Atividade “Quem sou eu?” de Aladim

Há o exercer significativo de ocupações que envolvem Atividade Instrumental de Vida Diária (AIVD), nas quais Aladim adotava um papel que envolvia responsabilidade e cuidados, levando-o a realizar ações que nem seriam esperadas para sua faixa etária, como explícito no trecho: *“eu faço mingau pra eles, faço café, comida...é fácil!”*.

No exercer desta AIVD de cozinhar, manipulava objetos de risco para sua integridade física, como o fogão. Contudo, é importante destacar que essas ocupações exercidas antes do acolhimento possuem significados importantes para ele.

De acordo com (PONTES, et al. 2007), estas relações entre irmãos, principalmente do mais velho para o mais novo pode estar associada a boa relação com a mãe que a criança possui.

O vínculo entre irmãos representado por Hércules se fez presente durante a atividade “Árvore genealógica”, na construção do seu autorretrato e de seus três irmãos ao lado, de forma rápida, concisa e com poucos traços centralizados na folha, tendo por escolha utilizar apenas um lápis. Não houve mais referências e nem relatos sobre o desenho.



Imagem 9: Atividade “Árvore genealógica” de Hércules

Ariel permanecia junto a irmã menor na Instituição e esta estratégia de manter irmãos em situação de violação de direitos no mesmo espaço, é amparada pelo ECA (2015, p. 25) onde em seu Art. 92, V expressa o “ não desmembramento de grupos de irmãos”, o que torna-se uma boa alternativa para o fortalecimento e/ou manutenção de vínculos familiares.

De acordo também com a RESOLUÇÃO Nº 109, de 11 de Novembro de 2009 que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais, traz em suas diretrizes que:

Grupos de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco – irmãos, primos, etc., devem ser atendidos na mesma unidade. O acolhimento será feito até que seja possível o retorno à família de origem (nuclear ou extensa) ou colocação em família substituta (p. 32).

Dentro do Serviço de Acolhimento, é necessário que se construa um Projeto-Político-Pedagógico, que também objetiva em um de seus critérios o não desmembramento de grupos de crianças/adolescentes com vínculos de parentesco, sejam eles irmãos ou qualquer outra relação parental. Busca o acompanhamento para que não ocorra separação, levando em conta também a vontade de cada um, sem que haja riscos ou danos (IDEM, 2009).

Como cita Pereira e Arpini (2012), quanto à indissolubilidade da relação entre irmãos, onde este laço biologicamente instituído não pode ser desfeito. Durante a fase da infância, este envolvimento se fortalece e se constroem aprendizados mútuos, servindo como base na construção das demais fases da vida, sejam elas futuramente positivas ou não. Pode ser caracterizado como um dos laços mais perduráveis.

Destaco que para todas as crianças da pesquisa **a representação paterna encontrava-se fragilizada, rompida ou até mesmo nunca presente.** Nos registros documentais de Ariel e Alice, por exemplo, não constava a filiação paterna, cabendo a

responsabilidade de cuidados legais para mãe e em ambos os casos, com o auxílio da avó. Esta representação também não foi observada durante as construções das atividades, visto que em sua maioria não foram feitas pelos participantes referências concretas que envolvessem a presença da figura paterna.

Durante os diálogos realizados no decorrer da pesquisa, resgatou-se minimamente de Aladim sua relação paterna, o qual relatou não ter conhecido seu pai e não ter informações deste através de sua genitora, tendo como referência paterna mais próxima seu padrasto, com o qual refere bom relacionamento. Já Hércules durante todo o período de pesquisa, não trouxe nenhum relato ou construção através das atividades, que envolvesse uma figura paterna.

É possível encontrar **vínculos satisfatórios que estão relacionados à equipe de acolhimento, os demais acolhidos, a própria pesquisadora e à outros parentes** que conviveram próximos com os participantes antes de se encontrarem sobre medida protetiva.

Aladim também expôs a construção do vínculo com a mãe de seu padrasto na atividade “Árvore genealógica”, denominando-a carinhosamente de “avó postiça”, acrescentando que a mesma ajuda-o em casa levando alimentos quando necessário. – “*Essa é boa*” (comparando a sua avó materna que a caracteriza como ‘ruim’).

Dentro do âmbito familiar, o papel de exercer a função materna pode ser designado aquele indivíduo que reúna elementos que os torne capaz de alcançar esta postura, não necessariamente se restringindo a mãe biológica. Que possa reunir meios de transmitir à criança a estruturação de seu desenvolvimento e o torná-lo sujeito (CAMPOS, 2013).

Ariel e Alice apresentaram facilidade na construção destes novos vínculos (criança e pesquisadora); Mostraram-se solícitas e entusiasmadas com a proposta da pesquisa, junto a uma aproximação satisfatória com demonstrações de afeto. Ariel, por exemplo, fez vários desenhos avulsos que entregava à pesquisadora, contendo corações e a repetição na escrita de seu nome junto a da pesquisadora.

Pimentel e Araújo (2009) trazem como um de seus dados de pesquisa que trata sobre violência intrafamiliar, o estabelecimento de um contato positivo do participante com o pesquisador, que proporcionou um espaço de experimentação de forças e energias diferentes, favorecendo de modo geral para um desenvolvimento de maneira mais positiva. A participante se torna “agente ativa de sua experiência, o que faz com que algumas de suas dificuldades no campo relacional sejam enfrentadas pela abertura de suas fronteiras de contato” (IDEM, p.665).

Quanto a este posicionamento, observou-se a dificuldade ou o desejo de não construir um novo vínculo (participante-pesquisadora) como observado na postura de

Hércules, o que o diferenciou de maneira geral dos demais participantes o qual comumente apresentava disposição corporal com retraimento, falas objetivas e direcionadas, apatia e pouco contato visual, com respostas corriqueiras como - “*Porque sim*”, com a cabeça sempre em flexão sem esboçar grandes emoções e/ou sentimentos. Estas características podem fazer parte do perfil pessoal de Hércules ou serem desenvolvidas por conta de algum desconforto ao se desenvolver a atividade. Em contrapartida, relatou verbalmente estar satisfeito em participar da pesquisa.

Levando em conta este aspecto, relaciono a teoria de apego de Bowlby (1969/1990), quando retrata sobre as relações de apego inseguro que pode se aplicar ao caso de Hércules que vivenciou tanta fragilidade vincular:

Não há predomínio de sentimento de segurança e valorização. Em função de interações aversivas, a criança pode desenvolver expectativas negativas, especialmente, em torno da disponibilidade dos outros em momentos de necessidade e estresse, evidenciando, posteriormente, insensibilidade, raiva, agressão e falta de empatia nas relações subsequentes (PONTES et al., 2007 p. 69).

Também constatou-se através das observações de pesquisadora e relatos de Hércules sua boa convivência na Instituição com acolhidos, funcionários, onde cita alguns deles. Porém, ainda que se institua vinculação, toma destaque a incidência de desentendimentos, podendo ser por conta dos diferentes perfis pessoais que ali encontravam-se ou devido a própria situação de acolhimento, como visto nos diálogos com Alice que relatou ter desentendimentos com outros acolhidos.

Interesse referir que observei mudanças bruscas no humor dos participantes, entre picos de euforia, ansiedade, tristeza e saudade, que ocorriam principalmente quando envolviam lembranças referentes à suas relações familiares mais afetivas e a desvinculação de sua rede familiar significativa.

Estas respostas foram obtidas através dos relatos, por exemplo, de Aladim junto a seus recortes na atividade “Quem sou eu?”, nas cartas escolhidas no “Jogo das emoções” e nos desenhos realizados na “Árvore genealógica”, assim como Ariel que ao se referir ao assunto família demonstrou tristeza e ao prosseguir com assunto de outra temática, como, por exemplo, sobre coisas que gostava de fazer, retomou ao mesmo estado anterior em curto período de tempo.

Com isso, foi possível perceber que houve maior facilidade na identificação das expressões das crianças através de códigos não verbais como gestos e olhares, que remeteram a agradecimento e satisfação pelo momento vivenciado, bem como, ao longo da construção das atividades.

Atividades expressivas, lúdicas e artísticas, como instrumentos desencadeadores [...] favorecendo que a criança se permita exteriorizar a experiência vivida, uma vez que estas atividades se constituem em uma linguagem de estrutura flexível e plástica, que possibilitam compartilhar experiências e favorecem a comunicação, principalmente quando a linguagem comum é insuficiente para exteriorizar seus conflitos (ARAÚJO, 2007 apud SANTOS et al., 2010 p. 81).

Observei aspectos de sensibilidade de Ariel, expresso através de olhares, gestos e no uso criativo dos recursos disponibilizados na construção de um desenho rico em detalhes e traços, realizado como complemento de sua narrativa na atividade “Quem sou eu?”. *“Era uma vez uma menina no jardim cantando uma musiquinha e ela cantava muito bem, muito alegre. O lobo mal aparece e come a menina quando a mãe chama ela pra lanche. Aí a vó dela vem corta a barriga do lobo e salva ela e viveram felizes para sempre”*.



Imagem 6: Atividade “Vamos criar!” de Ariel

É importante ressaltar que no âmbito ocupacional refletir e compreender as redes vinculares dessas crianças torna-se importante, visto que auxilia na análise de como as ocupações destas crianças envolviam-se por meio dos vínculos.

Ao transpormos essa análise para a ocupação participação social familiar, a vinculação a avó de Alice e Ariel, por exemplo, refletem na composição dessa ocupação no âmbito do acolhimento institucional, visto que essa figura familiar da avó que as buscava para as saídas programadas e nas situações tornavam-se grandes agentes de retorno ao convívio familiar, possibilitando o resgate de ocupações que envolvessem a família.

O que não se pode observar na situação de Hercules, o qual apresentava ausência de ocupações de participação social familiar e rompimento com família de origem, logo, a

relação entre vínculo e engajamento ocupacional de participação relacionadas as redes familiares eram inexistentes.

A circunstância que pode ser considerada intermediária entre os casos, seria a situação de Aladim que sempre deixou claro o grande vínculo com sua genitora, mas em contrapartida, foi essa que por suas atitudes gerou a medida protetiva de acolhimento institucional. Dentro da rede familiar da criança, recebia visitas esporádicas e não apresentava as visitas programadas como possibilidade, o que mostra a dicotomia entre o nível de vínculo com a mãe e o engajamento em ocupações de participação social familiar que de algum modo, dependiam de mudanças de atitudes da genitora.

É importante ressaltar que boa parte das genitoras dos participantes não frequentavam a instituição de acolhimento e chegavam a ficar impossibilitadas de realizar visitas por conta das violações a qual expuseram cada criança (negligência, violência física, violência psicológica).

5.4 A VIOLAÇÃO DE DIREITOS NO “MUNDO DA IMAGINAÇÃO”: A REVELAÇÃO DA OCUPAÇÃO BRINCAR DA CRIANÇA EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O brincar caracteriza-se como “Qualquer atividade espontânea e organizada que ofereça satisfação, entretenimento, diversão e alegria” (AOTA, 2015 p. 22).

A participante Ariel durante a atividade “Vamos Criar!” permitiu constatar que além da importância que fornecia à referência familiar, ao mesmo tempo **expõe a utilização de elementos em sua narrativa para relatar uma forma de violação de seus direitos**, como no momento em que cita no trecho: “*O lobo mal aparece e come a menina*”, levando em conta que ao adentrar na medida protetiva, relatou ter sofrido violência sexual, porém não se comprovou a ocorrência do fato.

Destaco a facilidade que ocorreu entre os participantes para construir situações caracterizadas como imaginárias e/ou irreais, como observado através do trecho de Aladim em sua narrativa, que sugere situações que podem estar relacionadas com algumas de suas vivências cotidianas, mas também, das possíveis violações.

“Era uma vez um menino que a mãe dele dava dinheiro pra comprar mortadela e ele comprava tudo em pipa. Uma vez o pai morreu e foi enterrado. Um dia a mãe pediu pra ele comprar coração pra comer. O menino desenterrou o pai e tirou o coração dele e levou pra casa. A mãe perguntou pro menino se ele queria comer e ele disse que não. No outro dia a mãe dele mandou ele comprar tripa e o menino desenterrou o pai de novo e levou as tripas dele pra casa. Fim”.

Aladim relatou que essa história foi construída baseada em filmes, podendo estes não serem condizentes com sua faixa etária por tratar temas envolvendo situações com assassinatos, mutilações, etc. Ou até mesmo relatos ou situações reais semelhantes a histórias que foram absorvidas e ou observadas pela criança em seu ambiente familiar e/ou na comunidade.

No trecho: “*Era uma vez um menino que a mãe dele dava dinheiro pra comprar mortadela e ele comprava tudo em pipa*”, supõe-se que de algum modo ele pode estar fazendo referência a alguma situação de seu cotidiano com sua mãe, dentro de tarefas tão corriqueiras como fazer pequenas compras em um mercado, ou feira.

Durante os diálogos realizados no decorrer das atividades como um todo, Aladim compartilhou com naturalidade fatos preocupantes como mortes por assassinato e ao relatar que tem um tio envolvido com o tráfico de drogas, podendo este fato estar relacionado à

facilidade do participante em retratar situações de violência como explícito na narrativa que apontam situações vivenciadas, acompanhadas ou que ouviu.

Takeiti e Galheigo (2005) indicam que durante uma dramatização, por exemplo, é possível ocorrer episódios e que a construção, envolve elementos que reúnem ficção e realidade.

De acordo com um estudo de caso realizado em uma escola municipal em Minas Gerais (CÔRTEZ, et al. 2011), seus resultados demonstram a ação de adolescentes que utilizam atividades de expressão como forma de expor situações de violências vivenciadas por eles. Seja através de dramatização, desenho, ou história, estes meios apresentam os prejuízos advindos da violência e a banalização da mesma no ambiente em que coabitam.

Para Lopes (2012) a realidade institucional, o desempenho das crianças que dela fazem parte e o brincar apresentam-se como figuras de grande relevância para compor as ações voltadas no âmbito social.

Por sua vez, na experiência com Hércules, observei a aproximação de vivências fictícias com a realidade, ao se referir à história do desenho Naruto na atividade “Vamos criar!”, que foi sua escolha de história. Ao ser indagado os motivos para tal escolha a criança relatou: “*Porque eu gosto dele, ele luta*”.

Naruto é um menino órfão, que tem ambições por seus sonhos, cultiva amizades, porém na infância sofria exclusão por ser um menino levado e taxado como diferente. Surge a hipótese desta identificação com o personagem por conta de aparentes semelhanças com a realidade do participante: ser órfão por não ter a presença da família e não receber cuidados da mesma, por estar percorrendo em um período considerável de sua vida por Instituições e ter seus direitos violados.



Imagem 10: Atividade “Vamos Criar!” de Hércules

O brincar como ocupação, caracteriza-se neste contexto de crianças em situação de violação de direitos, como um instrumento que visa “auxiliar e entender suas necessidades [...] ressignificando seu fazer e pensar, de modo que possa também agir e se relacionar no mundo coletivo de maneira agradável para si e os demais” (SANTOS, et al., 2010 p. 83).

O uso de atividades expressivas torna a criança ou adolescente agente de transformação, fazendo com que ocorra maior participação social entre os que compõem nesse caso, o ambiente de acolhimento institucional, bem como sua auto valorização (LOPES et al., 2008 apud CORTÊS, et al., 2011).

Percebo que o brincar apesar de se desenvolver como ocupação considerada inerente a criança, tivemos como exemplo neste estudo diversas realidades nas quais exercer esta ocupação nem sempre ocorria do modo esperado para o se idealiza na infância, para qual, por vezes, espera-se brincadeiras e jogos sem violência, por exemplo, sendo por motivos de estrutura familiar ou questões financeiras.

Por outro lado, o uso de diversos recursos na construção das atividades de mediação sociocupacional, trouxe para estas crianças aprimoramento de suas habilidades, novas descobertas, que podem ter sido até então pouco exploradas em seus respectivos ambientes familiares, escolares, como também, no acolhimento institucional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender como eram desenvolvidas as ocupações de participação social familiar de crianças em acolhimento institucional através de instrumentos como as atividades de mediação sociocupacional que fossem capazes de gerar resultados que pudessem revelar a realidade e percepção que tem de sua experiência.

O que foi possível pelos preceitos metodológicos que nortearam o estudo, os dados obtidos não foram caracterizados de maneira generalista, mas sim levando em conta os aspectos intrínsecos e pode se dizer surpreendentes que constituem o campo existencial de cada criança, nas suas relações consigo, com as famílias e demais redes sociais e vinculares.

Pude através do desenvolvimento desta pesquisa desmistificar ‘tabus’ como o fato de que crianças em acolhimento após terem vivenciado situações de violência no meio intrafamiliar, tornam-se protegidas e inerentes a riscos que envolvem a produção exclusiva de sofrimento tendo a família como agente, por exemplo. Porém destaco o grande valor subjetivo que a palavra sofrimento carrega e que através destes dados levanto a ideia de que o sofrimento e a felicidade vão muito além daquilo que apenas se observa, se ouve ou se imagina.

A experiência na pesquisa de campo me fez refletir sobre como é a postura de colocar no lugar do outro, para buscar compreender melhor suas experiências e assim percorrer espaços constituídos de sentimentos, emoções, falas e visões até então entendidas somente através de leituras e conhecimento prévio. Vivenciar a realidade de exposição de violências por meio da coleta de dados me fez refletir sobre a pluralidade de reações que são advindas de uma criança que vivencia o acolhimento institucional por violência intrafamiliar.

Concluo neste trabalho que a família como visto de forma geral e abundante na literatura e baseado nas discussões advindas deste estudo, permanece constituindo um dos pilares que sustentam o desenvolvimento da criança, no qual os vínculos e o exercer de suas ocupações de alguma forma sempre estarão enraizados ao conjunto familiar apesar de sua fragilização ou rompimento, ainda que isso não seja algo amplamente esclarecido pela criança. Porém destaca-se a importância do papel do Acolhimento Institucional que desenvolve o trabalho de suprir as necessidades básicas da criança e de fato institui um meio emergencial para amenizar de riscos mais graves.

Com as discussões obtidas, pude refletir sobre maneiras de superação, nas quais os sonhos e vontades próprias das crianças tornam-se uma espécie de fuga desta realidade cruel, o que surpreende porque o que geralmente se espera ver são crianças que estejam

isoladas, sem perspectivas e não abertas ao novo. Mesmo quando isso aparentemente ocorre ainda sim se pode extrair desta criança diversos compartilhamentos. Por isso a importância de estabelecer comunicações que não tenham apenas a linguagem verbal como a principal, levando em conta habilidades que podem ser observadas no rabiscar de uma folha, na escolha de um determinado objeto, no brincar livre, etc.

Sobre a literatura, este estudo trouxe uma temática que ainda caminha no sentido de envolver mais pesquisas que tratem a fundo sobre os aspectos que envolvem a criança que vivenciou violência intrafamiliar e desse núcleo está afastada. Trouxe como viés um elemento caracterizado como grande facilitador para compreender a experiência humana: a observação. Sendo esta desenvolvida não somente pela forma clássica e obviamente esperada de se enxergar, mas por adentrar e captar as minúcias expressas pela criança por vezes ainda tão pouco explorado, em que o foco recai muito mais as habilidades motoras, por exemplo, o que está para além do movimento padronizado ou da linguagem oral pode expressar muito mais que palavras, expressa formas de vida.

Esta pesquisa contribuiu para entender as diferentes visões daquilo que se atribui como uma relação positiva e favorável ou negativa e desencadeadora de riscos para a criança. Por mais que existam os padrões, suas atitudes sempre estarão sujeitas a caminhos que podem seguir por uma tangente, não esclarecendo de forma “perfeita” se aquela situação ou aquela pessoa favorece um bem estar de maneira geral ou favorece um “mal estar”, nesse caso, para a criança.

Um dado que me chamou atenção foi no momento em que Aladim traz para pesquisa sua postura de agente de cuidados e proteção com os irmãos como uma situação contraditória, nos levando a pensar que mesmo uma criança não vivenciando sua realidade que é obrigatória por direitos que envolvem o brincar, o estudar, o ter lazer, etc., não impede que a mesma internalize outras experiências forneça valor a elas, como a relação de cuidado e proteção expressa em AIVD's que de algum modo ele sentia falta daquela rotina.

A criança mesmo em uma realidade de violação de direitos, nessa faixa etária, já possui desenvolvimento cognitivo para identificar e elaborar seus próprios conceitos voltados as suas relações familiares e com a sociedade em geral.

O que viabilizo como sugestão para outras pessoas que queiram fazer pesquisas na área, é que se valorizem as posturas de pesquisadores e atuações profissionais que busquem o contato e a aproximação de forma mais satisfatória com crianças que vivenciam o acolhimento. A Terapia Ocupacional desde seus primórdios já carrega em seus ideais este

propósito, o que facilitou como pesquisadora na elaboração de ferramentas para o estudo e no adotar de postura como indivíduo frente aos casos expostos.

Por fim, os resultados desse estudo mostraram-se relevantes quando apontam e exploram caminhos para que terapeutas ocupacionais que tem por premissa o estudo e intervenção nas ocupações humanas possam compreender e explorar cada vez mais o campo social, com pesquisas a partir de um olhar ocupacional para as experiências vivenciadas pelos públicos da assistência social, mostrando que é possível relacionar esses campos de modo claro e com foco nas ocupações das pessoas envolvidas nos diferentes serviços socioassistenciais.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, I. "Como pássaros em gaiolas"? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In: MACHADO, C & GONÇALVES, R. (Org.), **Violência e Vítimas de Crimes**, vol. 2. p. 223-244. Coimbra, 2002.
- ÁLVARES, G, LOBATO R. Um Estudo Exploratório da Incidência de Sintomas Depressivos em Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional in: **Temas em Psicologia**, vol. 21, nº 1, p. 151 – 164. 2013.
- ALVES, S. **Filhos da Madrugada – Percursos de Adolescentes em Lares de Infância e Juventude**. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa, 2007.
- APOSTÓLICO M.R, et al. Characteristics of violence against children in a Brazilian Capital. **Rev Latino Am Enferm**, v.20 n.2 p. 266-73, 2012.
- ARAÚJO et al. Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. **Rev. Bras. Pesq. Saúde**, Vitória, v.15 n.3 p. 53-61, 2013.
- ARAÚJO, L. S; OLIVEIRA, S.T; PATRÍCIO, S.A.T. Estudo sobre a prática da terapia ocupacional no sistema único de assistência social (suas) no município de belém. **Revista do Nufen** - Ano 03, v. 01, n.02, agosto-dezembro, 2011.
- ARAÚJO, L. PIMENTEL, A. Hermenêutica gestáltica de uma violência sexual intrafamiliar. **Psicol.estud**, v.14 n.4 p. 569-667, out.-dez, 2009.
- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE TERAPIA OCUPACIONAL: Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo 3ª ed. **Rev Ter Ocup**. jan.-abr. Univ de São Paulo, 2015.
- BARBOSA, R. **Violência Psicológica na prática profissional de enfermeira**. [Dissertação]. Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, p. 280, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde (Caderno de Atenção Básica, 8), 2002.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2009.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 9. ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.
- BOYTSHELL, B.A., GILLEN, G. & SCAFFA, M. Glossary. In B. A. Boyt Schell, G. Gillen, & M. Scaffa (Eds.). **Willard and Spackman's occupational therapy** (12th ed., p. 1229– 1243). Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2014.
- CAMPOS, F. **Universidade Regional do noroeste do estado do rio grande do sul: O vínculo familiar na sociedade contemporânea** (Trabalho de Conclusão de Curso). 2013.

CARDOSO, F.T. Câncer infantil: aspectos emocionais e atuação do psicólogo. **Rev. SBPH** v.10 n.1 p. 27-31, Rio de Janeiro, 2007.

CARVALHO, T. MANITA, C. (org.). VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia: Percepções de Crianças e Adolescentes Institucionalizados sobre o Processo de Institucionalização e a Experiência na Instituição. **Anais...**Portugal, Universidade do Moinho, 4 a 6 de Fevereiro de 2010.

CASTRO, E.D. Inscrições da relação terapeuta-paciente no campo da Terapia Ocupacional. **Rev. Ter. Ocup**, v.16 n.1 p.14-21, jan-abr, Univ São Paulo, 2005.

CAVALCANTE, L.L.C. SILVA, S.S.C. COLINO, C.M. Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. **Revista Mal-estar e Subjetividade** v.10 n.4 p. 1147-1172, Fortaleza, 2010.

CHAPMAN, M.V. WALL, A.M. & BARTH, R.P. Children's voices: Foster the perceptions of children in foster care. **American Journal of Ortho psychiatry**, v.74, n.3 p. 293-304. 2004.

CECCONELLO, A.M. ANTONI, C. KOLLER, S.K. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. esp., p. 45-54. Maringá, 2003.

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONADA). Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, fevereiro de 2008.

CORREIA, M.C.B. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem** v. 13 n.2, p.30-36. Universidade de Lisboa, 2009.

CÔRTEZ, C. GONTIJO, D ALVES, H. Ações da Terapia Ocupacional para a prevenção da violência com adolescentes: relato de pesquisa. **Rev. Ter. Ocup.** Univ. São Paulo, v. 22, n. 3 p. 208-215, set./dez. 2011.

DEL PRETTE, A. & DEL PRETTE, Z.A.P. **Psicologia das relações interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo.** Vozes, Petrópolis, 2001.

DESLANDES, S.F. CRUZ NETO, O. GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Vozes, p. 108. Petrópolis, 2013.

DESLANDES, S.F. ASSIS, S.G. SANTOS N.C. **Violência envolvendo crianças no Brasil – um plural estruturado e estruturante.** In: Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília (DF): Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde, 2005.

EGRY et al. Compreendendo a negligência infantil na perspectiva de gênero: estudo em um município brasileiro. **Rev. Esc. Enferm.** USP, v.49 n.4 p. 557. São Paulo, 2015.

Estatuto da criança e do adolescente (ECA); [recurso eletrônico]: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 13 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

FERREIRA & PINHO. (2009). Psicologia e Teoria da vinculação. [Recurso eletrônico]. Disponível em < <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0160.pdf> > Acesso em: 08 de fevereiro de 2017.

FERREIRA, K.M.M. **Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes - nossa realidade.** In: Silva LMP, organizador. Violência doméstica contra a criança e o adolescente. EDUPE, p. 17-43. Recife, 2002.

FONAGY, P. et al. **Affect regulation, mentalization, and the development of the self.** New York: Other. 2002.

FOSTER, H. GUNN, B.J. **Efeitos da Violência Física Familiar e Comunitária no Desenvolvimento da Criança.** Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância. Texas A&M University. EUA, 2011.

FREIRE, S.M; GRIMMA, J.M; CARVALHO, S.A; (org.). V Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação das crianças e adolescentes na América Latina hoje. **Anais...**Buenos Aires, Argentina/ Rio de Janeiro, Brasil, 26, 27 e 28 de 2014.

GARCIA, M. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social. Cadernos Travessia.** Ed 2. 2009.

GAWRYSZEWSKI, P.V. et al. Maus-tratos contra a criança e o adolescente no Estado de São Paulo, 2009. **Rev. Assoc. MedBras**, v.58 n.6 p. 659-665, nov-dez. São Paulo, 2012.

GERHARDT, T.E. SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa.** Editora da UFRGS, p. 120. Porto Alegre, 2009.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 2, p.1-5, mai./ago. 2010.

GOHN, M. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, mai./ago. São Paulo, 2004.

KIEPEK, N.; MAGALHAES, L. Addictions and Impulse Control Disorders as Occupation: A Selected Literature Review and Synthesis. **Journal of Occupational Science**, Sidney, v. 18, n. 3, p. 254-276, 2011.

LIMA, C. et al. (Coord.). **Violência faz mal à saúde.** Ministério da Saúde, p. 71. Brasília, 2006.

LOPES, R.E et al. Terapia Ocupacional no campo social no Brasil e na América Latina: panorama, tensões e reflexões a partir de práticas profissionais. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 21-32, 2012.

MACHADO, V.R. A atual política de acolhimento institucional à luz do estatuto da criança e do adolescente. **Serv. Soc. Rev.**,v. 13, n. 2, p. 143-169, jan/jun. Londrina, 2011.

MALFITANO, A. P. S. Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social. **Revista de Terapia Ocupacional da USP**, v. 16 n. 1. São Paulo, 2005.

MONTEIRO, L. et al. Sobre o significado das ocupações após o acidente por queimaduras. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 22, n. 2, p. 305-315, 2014.

MONTEIRO, et al. Violência sexual contra criança no meio sexual contra criança no meio intrafamiliar atendidos no SAMVVIS, Teresina, PI. **Rev. BrasEnferm.** v. 61 n.4 p. 459-63, jul-ago. Brasília, 2008.

MOURÃO, P.R. Tempo decorrido desde a última consulta: análise de um modelo estatístico aplicado ao caso das mulheres na Espanha. **Rev. Assoc. Med Bras**, v.57 n.2 p. 164-170, 2011.

OLIVEIRA, T.J. **Mesa Redonda: violência contra a mulher e a criança.** Enfermagem Atual, ano 6, n. 34, p. 9-15, jul/ago, 2006.

PEIXOTO, C. **Conseqüências de Maus tratos na infância.** Curso ministrado pela autora no V Conpsi. Maceió, 2007.

PELED, E. et al. **Where Do They Go From Here? Destinations of Youth Exiting a Shelter.** *Children and Youth Services Review*, Vol.24, n. 4, p. 269 - 285. 2002.

PINHEIRO, P.S. **Informe Del experto independiente para elestudio de la violencia contra los niños.** Naciones Unidas, Asamblea General. 2006. Disponível em <http://www.unicef.org/violencestudy/reports/SG_violencestudy_sp.pdf> Acesso em: 08 de fevereiro de 2016.

QUINONERO, et al. **Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS.** *O Social em Questão - Ano XVII* n. 30, p. 47-70, 2013.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Rev. Serv. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

RATES, S.M.M et al. Violência infantil: uma análise das notificações compulsórias, Brasil, **Ciência & Saúde Coletiva**, v.20 n.3 p. 655-665, 2015.

RESOLUÇÃO COFFITO Nº 383, de 22 de dezembro de 2010 (DOU nº. 225, Seção 1, em 25/11/2010). 2010.

RESOLUÇÃO DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009. Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais. (DOU nº. 109, Seção 1, (25/11/2009). 2009.

RICAS, et al. A violência na infância como uma questão cultural. **Texto Contexto Enferm**, v.15 n.1, p.151-4. Florianópolis, 2006.

SAMPAIO, et al. Atividades socioculturais e abandono do uso de drogas ilícitas: percepção de adolescentes usuários em estudo de caso. **Rev. Baiana.** v.33, n.3, p. 453-465, jul./set. 2009.

SANTOS, A.A. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: mudanças na história brasileira. In: III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3, 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2013, p. 6. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/>>. Acesso em: 24 de mar. 2016.

SANTOS, S.R et al. Adaptação e aplicabilidade do componente “maus-tratos” à estratégia da atenção integrada às doenças prevalentes na infância no Brasil. **Rev. Bras Saúde Mater. Infant**, v.9 n.3 p. 359-66, 2009.

SANTOS, B. et al. Contribuições da terapia ocupacional na atenção à crianças institucionalizadas vítimas de violência sexual. (Relato de experiência). **Revista do Nufen** - Ano 02, v. 01, n.02, julho-dezembro, 2010.

SANTOS, M.A.M. **Universidade de Coimbra: O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco – a experiência passada de institucionalização e o seu significado actual para os sujeitos adultos.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Desenvolvimento Social) - Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto, 2010.

SARMENTO, M.J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educ. Soc.**, v.26, n.91, p. 361-378, maio-ago. Campinas, 2005.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam.** Penso Editora, 2016.

SILVA, M.V.L. **A violência na Infância, na Adolescência e na Família.** Cursos Preparatórios para Concursos Públicos na área de Psicologia da Saúde, out, 2005.

SILVA, L.M.P. (Org.). **Violência doméstica contra a criança e o adolescente.** EDUPE, p. 32-35. Recife, 2002.

SIQUEIRA, A. C., & DELL’AGLIO, D. D. Retornando para a família de origem: Fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v.17 n.3 p. 134-146, 2007.

TARGET, M. Teoria e pesquisa sobre apego. In: PERSON, E.S; COOPER, A.M. & GABBARD, G.O. (Org.), **Compêndio de psicanálise**, p. 169-182. Porto Alegre: Artmed. 2007.

WILCOCK, A. **An occupational perspective of health.** 2nd ed. Thorofare. Slack, 2006.

WILCOCK, A. A. Occupation and health: Are they one and the same? **Journal of Occupational Science**, Sidney, v. 14, n. 1, p. 3-8, 2007.

YERXA, E.J. Occupational science: A new source of power for participants in occupational therapy. **Journal of Occupational Science**, Sidney, v.1, n.1, p. 3-9, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE ASSENTIMENTO PARA CRIANÇAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
FACULDADE DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

Fui convidado a participar da pesquisa da acadêmica de Terapia Ocupacional Jéssica Priscila Costa Maciel e da orientadora e docente Gisely Gabrieli Avelar Castro, que se chama “Estudo sobre a ocupação participação social da criança vítima de violência intrafamiliar em acolhimento institucional.”

Estou sendo informado que o objetivo desta pesquisa é compreender como se apresenta a ocupação de participação social da criança em acolhimento institucional e situação de violência intrafamiliar.

Meus responsáveis já me autorizaram a participar da pesquisa e sei que não sou obrigado a participar dela. Sei que posso sair a qualquer momento da pesquisa, sem ganhar bronca nem deixar de participar das atividades escolares e da instituição.

Irei participar dos encontros que durarão 60 minutos, nas quais realizarei atividades sócio ocupacionais junto à pesquisadora.

A participação dos encontros não implicará em riscos para a minha saúde. Os resultados poderão ser utilizados em outros trabalhos, mas o meu nome não aparecerá nesta pesquisa e em nenhuma outra. Uma cópia deste documento ficará comigo e poderei ligar para as pesquisadoras para tirar dúvidas.

Eu _____,



aceito participar do estudo, e declaro que estou ciente de todos os aspectos aqui esclarecidos.

Profª Msc. Gisely Gabrieli Avelar Castro
Pesquisador Responsável
End.: Rod. Augusto Montenegro, 3504
(91) 987294681

Jéssica Priscila Costa Maciel
Pesquisadora
End.: Rua Lauro Malcher, 50.
(91) 984967117

Belém, ____ de _____ de 2016.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
FACULDADE DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

Declaro que fui satisfatoriamente esclarecido(a) pelo(s) pesquisador(es) Jéssica Priscila Costa Maciel e a Prof^a Msc. Gisely Gabrieli Avelar Castro, no projeto de pesquisa intitulado “Estudo sobre a ocupação participação social da criança vítima de violência intrafamiliar em acolhimento institucional.”, cujo objetivo principal compreender como se apresenta a ocupação de participação social da criança em acolhimento institucional e situação de violência intrafamiliar.

Para a coleta de dados, será feito o acesso a suas informações pessoais, na quais ficarão estritamente sobre o sigilo das pesquisadoras. Assim, faz – se necessário informar que:

- 1- A participação da criança é voluntária, portanto lhe é garantida a liberdade de deixar de participar da pesquisa em qualquer etapa da realização da mesma, sem que haja qualquer prejuízo para ela;
- 2- Não haverá nenhuma forma de recompensa financeira ou material a ela e/ou a qualquer outra pessoa envolvida na pesquisa;
- 3- Será assegurada sua livre expressão;
- 4- Mediante o aceite, a pesquisadora irá desenvolver atividades sócio ocupacionais com as crianças.

Fui informado (a) e estou ciente sobre os possíveis riscos a serem enfrentados no decurso da pesquisa que podem estar relacionados ao sujeito da pesquisa, ao pesquisador e à comunidade científica, na qual está relacionado à quebra de sigilo, podendo causar, o constrangimento aos usuários, que será minimizado com a identidade dos participantes da pesquisa será mantida em sigilo e a utilização de nomes fictícios; o desconforto em relação ao tema abordado, sendo contornado através de explicações por parte da acadêmica sobre a importância do mesmo.

No decorrer da pesquisa, também fui informado (a) que serão feitas fotografias das atividades para que seja mantido um registro dos procedimentos utilizados, porém fui assegurado (a) de que a identidade da criança será mantida em sigilo.

O trabalho está sendo realizado pela acadêmica do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Pará (UFPA), Jéssica Priscila Costa Maciel sob a orientação da Prof^a. Msc. Gisely Gabrieli Avelar Castro, que poderão ser encontradas nos respectivos telefones 984967117 e 987294681. A pesquisadora utilizará os dados coletados na pesquisa, tendo por objetivo principal a elaboração de um trabalho de conclusão de curso, podendo ser publicados os resultados e utilizados em demais trabalhos científicos como simpósios, congressos, etc.

Também, se houverem dúvidas quanto a questões éticas, poderei entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa. (Instituto de Ciências da Saúde- ICS/ Universidade Federal do Pará- UFPA). Tel: (91) 3201-6808 / 3201-6810. E-mail: icsgab@ufpa.br

Prof^a Msc. Gisely Gabrieli Avelar Castro
Pesquisador Responsável
End.: Rod. Augusto Montenegro, 3504.

Jéssica Priscila Costa Maciel
Pesquisadora
End.: Rua Lauro Malcher, 50.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Diante das informações acima prestadas e após o esclarecimento de outras dúvidas, eu, abaixo assino, concordo em participar ou permitir que a pessoa pela qual seja responsável, participe voluntariamente da pesquisa.

Belém, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do Responsável legal

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
 FACULDADE DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
 CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

Dados de Identificação

Iniciais: _____ . Gênero: M () F () Idade: _____

Estuda? () S () N. Se sim, Série: _____ . Turno: _____

1. Dados socioeconômicos e familiares

Com quem morava?

Composição familiar:

Renda familiar: _____ Recebe benefício governamental? () S () N

2. Informações sobre o acolhimento institucional

Tempo no espaço de acolhimento: _____

Já esteve outras vezes em acolhimento? () S () N. Se sim, quantas vezes? _____


Tipo (s) de violência intrafamiliar que sofreu:

Resumo do caso:

Outras observações:

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - ICS/



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: UM ESTUDO SOBRE A OCUPAÇÃO PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR EM ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL.

Pesquisador: GISELY GABRIELI AVELAR CASTRO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 56894416.7.0000.0018

Instituição Proponente: Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará - ICS/ UFPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.593.145


Apresentação do Projeto:

A violência apresenta-se através da maneira como a sociedade se desenvolve culturalmente, de acordo com as demandas sociais, contextos políticos, podendo se desenvolver em diversos ambientes, entre eles o meio intrafamiliar. A criança que vivencia esta realidade apresenta mudanças significativas em seu cotidiano, que repercutem nas ocupações que compõem o desenvolvimento na infância. Esta realidade torna o lar que deveria se constituir um meio de proteção e afeto, palco de diferentes tipos de violências como a física, psicológica, sexual ou por abandono, o que leva em alguns casos à busca por medida protetiva como o Acolhimento Institucional. Nesse sentido, é importante compreender como está sendo desempenhada esta nova realidade de afastamento da família e promover estratégias para que de maneira hábil a participação social familiar da criança, seja restituída, quando possível. Esta pesquisa busca investigar como se apresenta a ocupação participação social, relacionada à família da criança que sofreu violência intrafamiliar, na perspectiva de compreender possíveis alterações ocorridas após encontrar-se em Acolhimento Institucional. Para esta investigação, será utilizada uma abordagem qualitativa, de cunho descritivo e exploratório, envolvendo estudo de caso múltiplo, com o uso de questionário, atividades terapêuticas ocupacionais, observação participante

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and. **CEP:** 66.075-110

Bairro: Campus Universitário do Guamá **Município:** BELEM

UF: PA **Telefone:** (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br



Página 01 de 04

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



Continuação do Parecer: 1.593.145

e registro em diário de campo, realizada em um Espaço de Acolhimento Institucional em Belém, com a seleção de 4 crianças, de ambos os sexos, entre 7 e 12 anos incompletos, que estejam em situação de acolhimento institucional e sofrido violência intrafamiliar. A análise dos dados será feita por meio da análise de conteúdo de Bardin.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender como se apresenta a ocupação de participação social da criança em acolhimento institucional e situação de violência intrafamiliar.

Objetivo Secundário:

Analisar como se apresenta a ocupação de participação social familiar da criança em situação de violência intrafamiliar; Identificar mudanças na ocupação participação social familiar da criança em situação de violência intrafamiliar, antes e depois do acolhimento institucional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Será garantido aos participantes e seus responsáveis legais, orientações que esclareçam os propósitos da pesquisa, visando à compreensão da mesma para que o pesquisado decida se participa ou não. Assim como, explicar aos mesmos a presença dos princípios que visam tanto preservar o anonimato da identidade como garantir a privacidade dos participantes. A pesquisa considera os possíveis riscos materiais, físicos e/ou psicológicos,

aos participantes. Os riscos estão relacionados aos eventuais prejuízos à integridade ou constrangimento moral devido à revelação de sua identidade. Para isso, as informações obtidas terão caráter confidencial. Ressalva-se que em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo, respeitando-se os princípios éticos pertinentes a

pesquisa com seres humanos, para tanto a pesquisadora cumprirá os termos da Resolução 466 de 11 e 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, em que todos os dados serão armazenadas pela pesquisadora em local com acesso restrito, utilizados apenas para divulgação em Trabalho de Conclusão de Curso, publicação em revista científica e congressos, contudo após cinco anos todos os dados serão incinerados.

Será esclarecido aos participantes e seus responsáveis legais a presença dos princípios que visam tanto preservar o anonimato da identidade como garantir sua privacidade, com a criação de nomes fictícios aos mesmos, bem como de que sua participação é voluntária, e que os participantes terão liberdade de se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo à

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-Si do ICS 13 - 2º and.
Bairro: Campus Universitário do Guamá CEP: 66.075-110
UF: PA Município: BELEM E-mail: cepccs@ufpa.br
Telefone: (91)3201-7735 Fax: (91)3201-8028

Página 02 de 04

Continuação do Parecer: 1.593.145

assistência recebida na instituição de acolhimento.

Se mesmo diante das precauções supracitadas o participante sofrer qualquer dano à integridade física, mental e/ou social, ele será ressarcido pela pesquisadora conforme processo jurídico e ainda lhe será oferecida ajuda psicológica. Quanto à pesquisadora, os desconfortos e os riscos que eventualmente venham a ocorrer, serão de ordem pessoal, no que diz respeito aos possíveis desconfortos de ordem psicológica no decorrer da coleta de dados. Para tanto a pesquisadora buscará meios para amenizar possíveis riscos pessoais, sem que haja qualquer tipo de interferência na pesquisa.

Benefícios:

O estudo trará benefícios ao participante a partir da relevância social, com a adição de novos conhecimentos acerca da temática de violência intrafamiliar atrelada à Terapia Ocupacional, o que futuramente poderá implicar na expansão de novas possibilidades de ampliação do trabalho do Terapeuta Ocupacional na assistência social e aos cuidados prestados à criança vítima de violência intrafamiliar.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O protocolo apresentado dispõe de metodologia e critérios definidos conforme resolução 466/12 do CNS/MS.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentados contemplam os sugeridos pelo Sistema CEP/CONEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto somos pela aprovação do protocolo. Este é nosso parecer, SMJ.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_712316.pdf	09/06/2016 15:36:09		Aceito
Outros	CARTA_ENCAMINHAMENTO.pdf	09/06/2016 15:33:09	GISELY GABRIELI AVELAR CASTRO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	ACEITE_ORIENTADOR.pdf	09/06/2016 15:28:16	GISELY GABRIELI AVELAR CASTRO	Aceito
Declaração do Patrocinador	ONUS_FINANCEIRO.pdf	09/06/2016 15:26:53	GISELY GABRIELI AVELAR CASTRO	Aceito

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and. CEP: 66.075-110
 Bairro: Campus Universitário do Guamá
 UF: PA Município: BELEM E-mail: cepccs@ufpa.br
 Telefone: (91)3201-7735 Fax: (91)3201-8028



Página 03 de 04

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARÁ - ICS/



Continuação do Parecer: 1.593.145

Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_PESQUISADOR.pdf	09/06/2016 15:22:11	GISELY GABRIELI AVELAR CASTRO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_FUNPAPA.pdf	09/06/2016 15:20:04	GISELY GABRIELI AVELAR CASTRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	09/06/2016 15:17:25	GISELY GABRIELI AVELAR CASTRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	pre_projeto_plataforma.docx	10/05/2016 14:57:46	GISELY GABRIELI AVELAR CASTRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_ASSENTIMENTO.docx	10/05/2016 14:57:19	GISELY GABRIELI AVELAR CASTRO	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	10/05/2016 14:47:03	GISELY GABRIELI AVELAR CASTRO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	10/05/2016 14:45:38	GISELY GABRIELI AVELAR CASTRO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	10/05/2016 14:35:16	GISELY GABRIELI AVELAR CASTRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELEM, 14 de Junho de 2016

Assinado por:
Wallace Raimundo Araujo dos Santos
(Coordenador)

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01-SI do ICS 13 - 2º and. CEP: 66.075-110
Bairro: Campus Universitário do Guamá
UF: PA Município: BELEM E-mail: cepccs@ufpa.br
Telefone: (91)3201-7735 Fax: (91)3201-8028

Página 04 de 04